

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO MESQUITA FILHO –CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O CONCEITO **ASSUNTO** NA ARQUIVÍSTICA: UMA REFLEXÃO EM ARQUIVOS
PERMANENTES A PARTIR DO EVENTO: *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in
archivistica: ipotesi di lavoro.*

Marília
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO MESQUITA FILHO –CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O CONCEITO **ASSUNTO** NA ARQUIVÍSTICA UMA REFLEXÃO EM ARQUIVOS PERMANENTES A PARTIR DO EVENTO: *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro.*

Pesquisa apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof^o. Dr. José Augusto Chaves Guimarães.

Orientanda : Jane Lessa Monção

Marília
2006

BANCA DE QUALIFICAÇÃO

O CONCEITO **ASSUNTO** NA ARQUIVÍSTICA UMA REFLEXÃO EM ARQUIVOS PERMANENTES A PARTIR DO EVENTO: *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro.*

Avaliação em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Johanna Wilhelmina Smit
Universidade de São Paulo – USP

Prof^a. Dr^o Eduardo Muguia Maranhão
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília

Prof^a. Dr^o. José Augusto Chaves Guimarães
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília

AGRADECIMENTOS

À Deus ... pelo seu infinito Amor! ...Constante Fidelidade e Cuidado!..Que esteve no controle de todo o processo!

A oportunidade oferecida pelo Orientador Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães!

À banca professora Johanna Smit e professor Eduardo Murguia, por todas as contribuições, as quais tornaram possível a concretização desse projeto!

Agradecimentos especial a professora Johanna Smit, por não ter desistido, por ter acreditado e principalmente por me indicar o caminho! Expresso aqui minha admiração pela sua competência acadêmica, pela sua capacidade de descer ao limitado universo acadêmico de um orientando, com paciência, seriedade e confiança subjacentes às entrelinhas da sua orientação, sempre clara, norteadora e desafiadora. Muito Obrigada!

À professora Maria Angela Boher do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá por ceder horas de discussões, as quais, contribuíram substancialmente para o desenvolvimento desse trabalho.

À família pelo constante incentivo!

Às secretaria de pós-graduação pelos serviços oferecidos, Obrigada!

Aos professores do programa de pós-graduação da UNESP- Marília, e aos professores visitantes.

Às bibliotecárias e aos funcionários da biblioteca da UNESP de Marília, pelos excelentes serviços oferecidos;

À amiga Marta Luzia de Souza, pelas orações e pelo incentivo constante, desde o processo de seleção!

À Universidade Estadual de Maringá – UEM, pela liberação parcial, sem a qual não seria possível o desenvolvimento desse trabalho;

À direção da Biblioteca Central-UEM, Ana Maria Marquezin, pelo apoio constante a capacitação do quadro de bibliotecários;

À Marinalva Spolon, pela compreensão e colaboração nos dias de ausência do trabalho;

A todos os Colegas do Setor que trabalho (Angela, Doracy, Edilson e Marlene), pela constante colaboração!

À Ceci da Silva Brasão, pela dedicação nas traduções do Italiano!

Aos colegas e aos amigos de sala: Fábio; Lurdes; Willy, Eliana - Lilica; Rogério; Adriana; Ana Cristina; Alessandra; Marcel; Vera e Alexandre!

DEDICO,

À Deus!
Aos Pais (Moacir Monção e Janira Lessa
Monção) .

RESUMO

Buscando concorrer para a construção de um dispositivo intelectual que possa aperfeiçoar o fazer arquivístico no mundo pós-moderno no qual a informação é cada vez mais otimizada, investiga-se como a noção de **Assunto** vem sendo abordada na literatura Arquivística, com o objetivo específico de oferecer subsídios para a eventual delimitação do campo teórico-prático da noção de **Assunto** e, através da revisão da literatura pertinente, mostrar os diferentes contextos, pelos quais a noção de **Assunto** é agasalhada. Para tanto, procedeu-se inicialmente à revisão da literatura Arquivística, atentando para o percurso delimitado pela tradição clássica, do conceito do documento Arquivístico até o que os estudiosos da Arquivística denominam de “fenômeno” da Informação. Em uma segunda etapa, realizou-se a revisão da literatura arquivística, a partir da identificação das diferentes abordagens sobre o **Assunto** em Arquivos. Por fim analisa-se os principais apóstes teóricos do evento *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*, no qual a noção de **Assunto** encontra, talvez, a maior notoriedade acadêmica. Desse modo, procede-se à análise do referencial teórico oriundo do evento, a partir de duas categorias de análise: conceito e função do **Assunto** na Arquivística para que se possa, ao final, chegar a uma reflexão sobre a construção conceitual do **Assunto** em arquivos.

Palavras-chave: Assunto em arquivo. Assunto em arquivo – conceito. Assunto – Organização de arquivos

ABSTRACT

Searching to concur for the construction of an intellectual device that can perfect the archival doing in the post modern world which the fierce information is optimized, to investigate itself as the notion of Subject comes being boarded in Archival literature, it aimed to offer subsidies for the eventual delimitation of the theoretician-practical field of the notion of Subject and, through the revision of pertinent literature to show the different contexts, by which the notion of Subject is lodged. For in such a way, initially it was proceeded to the revision of Archival literature, attempting for the passage, delimited for the classic tradition, of the concept of the Archival document until what the scholars of the Archival call of "phenomenon" of the Information. In one second stage, it was realized fullfilled revision of Archival literature, from the identification of the different boardings on the Subject in Archives. Finally it analyzes the main ones of the archival event I soggetti and altri apparati di indicizzazione in: ipotesi di lavoro, which the notion of Subject finds the biggest academic notoriety. From this way, it is proceeded the analysis of the deriving theoretical referencial of the event from two categories of analysis: concept and function of the Subject in the Archival in order to reflect on the conceptual construction of the subject in archives.

Key words: Subject in archive. Subject in archive - concept. Subject - Organization of archives.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	15
2.1	O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO.....	15
2.2	A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	27
3	A NOÇÃO DE ASSUNTO NA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	37
3.1	CONTRIBUIÇÕES DA CLASSIFICAÇÃO E DA DESCRIÇÃO PARA O ESTUDO DO ASSUNTO EM ARQUIVOS.....	43
4	I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO.....	51
4.1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO EVENTO.....	54
4.2	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	59
4.3	DA CONSTITUIÇÃO DA NOÇÃO DE ASSUNTO EM ARQUIVOS.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS.....	85
	APENDICE.....	96
	ANEXOS.....	100

1 INTRODUÇÃO

Há mais a fazer interpretando as interpretações que interpretando as coisas; e mais livros sobre os livros que sobre qualquer outro assunto; nós não fazemos mais do que nos entregrosar.

Montaigne.

No âmbito da Arquivística, observa-se que os primeiros arquivos já apresentavam características que vieram a se tornar clássicas na área, tais como: a estrutura orgânica coerente relacionada com as funções e com a atividade das entidades produtoras; as regras de controle e matriz diplomática, como forma de garantir a identidade e a autenticidade dos documentos; o valor como testemunho; e, mais recentemente, o valor como instrumento de informação.

A abordagem histórica dos arquivos e dos processos a eles inerentes encontra poucas referências até a Idade Moderna, dada a pouca resistência dos suportes (como os papiros, por exemplo) e ao fato de importantes arquivos terem sido destruídos ou desativados.

A partir do século XIV, observa-se maior desenvolvimento dos arquivos da administração. Nas grandes cortes europeias, assistiu-se à nomeação de arquivistas oficiais, incumbidos de organizar inventários, garantir a autenticidade dos documentos e elaborar as “memórias” dos seus patronos.

A experiência dos estados peninsulares demonstra existir um processo evolutivo, sem sobressaltos, da Idade Média para a Época Moderna. O projeto de modernização da Torre do Tombo, durante os séculos XV-XVI, constitui elemento chave para entender a reforma realizada por Filipe II no Arquivo Geral de Simancas.

O trabalho nos arquivos passou a assentar-se em normas escritas, que contribuíam para a organização do saber na área. Assim, no século XVII aparecem diversos manuais, portadores de uma concepção jurídica da realidade arquivística. Alguns dos seus autores chegaram mesmo ao excesso de não considerarem como arquivo qualquer acervo de origem privada. A esse princípio redutor contrapor-se-á o movimento iluminista, que suscitou a intensificação da procura dos arquivos exclusivamente em função do chamado “valor secundário” dos documentos.

Os séculos XVIII e XIX, entre outros aspectos, também são marcados por fatos que ficaram na história da Arquivística. No século XVIII, a Revolução Francesa marca a criação de um órgão nacional, especialmente vocacionado para a superintendência dos arquivos, e o século XIX caracterizou-se pela ocorrência de novas deturpações sobre a função dos arquivos e os respectivos critérios de organização, pois os arquivos passam a ser relegados para uma posição instrumental relativamente à Paleografia e à Diplomática, transformando-se a Arquivística também numa disciplina auxiliar da História.

Destacam-se também, nesse período, mais especificamente no século XIX, os esforços dos historiadores para garantir o acesso aos documentos públicos de arquivo, que nem sempre obtiveram êxito em superar a lógica do sigilo e/ou segredo que dominava as instituições públicas. Um exemplo é o regulamento de 1856 do Arquivo Nacional francês, que permitia ao seu diretor que impedisse a consulta de documentos, caso a entendesse como prejudicial, do ponto de vista da administração. Nesse sentido, Lodolini (1993, p. 251) diz que o sigilo e/ou segredo era a norma, e a abertura à pesquisa histórica, exceção.

O acesso aos documentos públicos pelos cidadãos é consagrado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que reconhece o direito à informação como direito fundamental do homem. Obviamente que essa questão encontra, em cada país, suas peculiaridades e seus entraves políticos e sociais. No caso do Brasil, por exemplo, os chamados “arquivos da repressão”, ou “arquivos da ditadura militar”, encontram-se interditados e, de tempos em tempos, a questão é lançada pela mídia.

O século XX traz, entre outros destaques, a criação do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A), em 1950, o que permitiu um debate mais amplo sobre os fundamentos da Arquivística. A separação que se estabeleceu entre *records e archives*, sobretudo na tradição cultural anglo-saxônica, acabou por gerar, forçosamente, novas preocupações teóricas.

A partir dos anos 80, a nova revolução tecnológica e social, sobretudo no domínio do audiovisual e das telecomunicações, força uma situação transitória, iniciando-se um novo ciclo, concretamente, para profissões como a Arquivística, relacionadas com o fenômeno social da informação.

A percepção do impasse e do salto epistemológico que afetam, hoje, o conhecimento empírico construído em torno de tal fenômeno não é ainda partilhada por muitos

“cientistas da informação”, porque não é ainda muito nítida a fundamentação epistemológica das suas respectivas ciências e, em especial, das “ciências documentais” (SILVA, 1994).

A Arquivística está inserida numa sociedade que vive atualmente na era da informação, em que a rapidez é necessária e justificável, uma vez que a ciência se desenvolve com o uso das tecnologias. A sociedade necessita cada vez mais de informação pontual para a tomada de decisões para o planejamento, o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas; enfim, para necessidades informacionais, que estão em todos os níveis intelectuais, culturais e sociais.

Os modelos de organização de acervos arquivísticos são baseados na estrutura orgânico-funcional e fornecem informação sobre um determinado fundo, arquivo ou coleção. Essas informações refletem as atividades do produtor do documento, uma vez que, ao ser respeitada a procedência da documentação, esses documentos não são misturados, e são organizados e conservados conforme foram gerados. Tal método de organização é fundamental para o resgate histórico da documentação, porém é limitado quanto ao fornecimento da informação pontual, conforme já mencionado acima.

Diante dessa realidade, surge o problema motivador da presente pesquisa: identificar como se coloca a noção de Assunto na Arquivística e, por decorrência, se a mesma constitui um caminho diferente do método orgânico-funcional percorrido ao longo da história da Arquivística.

Como orienta Demo (2000), segundo os fundamentos da dinâmica metodológica da Ciência, todo modelo teórico pressupõe corte metodológico e todo corte metodológico implica perdas. Mas como são instigadoras as várias dinâmicas de metodologia científica pós-moderna, nas Ciências nada que é formalizado e institucionalizado está desvinculado dos interesses sócio-político-ideológicos dos sujeitos envolvidos.

Quando, dentro de uma área, uma corrente de pensamento considera um objeto como principal, pode-se entender, por inferência, que é ele que se insere nas relações de interesse e de poder da ciência estabelecida. Com efeito, o que em determinado contexto não é considerado, pode ser em outro, à luz de uma outra perspectiva de metodologia científica. Se a ciência trabalha sempre com questionamentos, indagações e desconstruções e, além disso, se ela presta serviços às demandas e aos desafios socioculturalmente impostos, o que ontem não era relevante pode passar a sê-lo hoje.

No contexto da Arquivística, a delimitação da organização, segundo a estrutura orgânico-institucional, está atrelada às questões concernentes à legitimidade de papéis, funções e cargos. Subjacentes à noção de hierarquia estão salvaguardadas as relações de poder, que, como se sabe, podem ser estratificadas por outros sistemas, que as institucionalizam e legitimam.

Uma outra questão sobre a organização baseada nas estruturas orgânico-institucional é a proteção oferecida aos indivíduos (pessoa/instituição), pois preserva o mérito das funções sociais, não colocando em xeque competências, interesses e papéis sociais envolvidos.

À luz dos desafios contextuais abordados, surge, no panorama da Arquivística, o desafio de se pensar sobre a viabilidade de a noção de Assunto ser contemplada como parte do processo de organização e de recuperação da informação em arquivos, mais especificamente nos arquivos permanentes.

De acordo com o exposto, a hipótese que se faz é a de que a noção de Assunto está, de fato, instalada no universo da literatura e da história da Arquivística. Como será abordado posteriormente, esse fato está respaldado pela literatura revisada.

A segunda hipótese que se faz é a de que a noção de Assunto está plenamente em uso na organização de acervos arquivísticos.

Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo geral investigar como a noção de Assunto vem sendo abordada na literatura da área. Como objetivos específicos, pretende-se:

- a) tentar delimitar o campo no qual a noção de Assunto se insere na Arquivística;
- b) identificar como, na literatura arquivística, a noção de Assunto aponta para diferentes unidades de conteúdo que, por sua vez, podem constituir diferentes unidades temáticas.

Os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa, de natureza eminentemente teórica, partem da revisão crítica da literatura da área para se chegar à identificação de categorias temáticas no *corpus* de estudo, a fim de que, após a análise e a interpretação dos textos, os objetivos possam ser atingidos.

É pertinente observar que fazem parte do dispositivo teórico da pesquisa conteúdos oriundos de trabalhos de autores estrangeiros que ainda não foram traduzidos para a

língua portuguesa. A reunião bibliográfica desses autores é resultado de traduções livres feitas pela pesquisadora.

A pesquisa apresentada é de natureza qualitativa, visto que a confirmação das hipóteses estará alicerçada em um dispositivo construído com base na literatura arquivística e na análise de um *corpus* (DEMO, 2000; LAKATOS; MARKONI, 2001).

No âmbito qualitativo, procurar-se-á descrever, compreender e interpretar os dados, a fim de se respaldar, cientificamente, a confirmação ou não das hipóteses. É mister ressaltar que, como mostra a literatura pertinente, a teoria arquivística é estritamente alicerçada na estrutura orgânico-institucional, mas espera-se poder demonstrar que a inclusão da noção de **Assunto** na metalinguagem da área será complementadora e, por conseguinte, abarcará fatores que, de fato, constituem parte do acontecer do trabalho de organização de arquivos.

No caso, a investigação da noção de **Assunto** se insere no contexto da revisão de literatura realizada na área da Arquivística, com especial destaque na análise dos Anais do *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro* – evento dedicado ao estudo do **Assunto** em arquivos realizado em 1998, na cidade de Pisa, na Itália, e considerado pioneiro na área.

Nesse sentido, a pesquisa está atenta para as possíveis múltiplas significações e funções da noção de **Assunto**, na Arquivística, a partir da literatura da área.

A metodologia adotada pressupõe que se construam, naturalmente, unidades de registro com base nos textos, que devem corresponder ao segmento do conteúdo a ser considerado, para a condução da discussão, ou seja, investigar-se-ão quais os elementos do texto que interessam para o estudo.

Esse procedimento permitirá encaminhar a construção da discussão, que constitui uma operação de classificação dos textos segundo as diferentes significações e a função da noção de **Assunto**. O primeiro passo do processo são as leituras e releituras, quando necessário, dos textos, a fim de que sejam delimitadas as unidades de registro significativas para o desenvolvimento do presente estudo.

No âmbito da presente pesquisa, um dos grandes desafios concerne ao trabalho de identificação dos diferentes campos de significação aos quais a noção de **Assunto** se aplica. Em outras palavras, a noção de **Assunto** é, ela própria, objeto de diferentes categorizações. Essa

amplitude de nuances de significado se deve ao fato que, no universo da Arquivística, os indivíduos estabelecem diferentes tipos de consenso para lidar com a noção em tela.

Assim, um mesmo texto pode perfeitamente abarcar conteúdos que pertencem a diferentes categorias. Aliás, a itemização de um trabalho já dá, do ponto de vista técnico-metodológico, certo suporte para que esse tipo de variação ocorra.

Desse modo, e visando a atingir os objetivos enunciados, a pesquisa, inserindo-se especificamente no espectro temático da linha “ Organização da Informação” do Programa de pós-graduação da UNESP, visto dedicar-se a uma questão teórica conceitual do Tratamento Temático da Informação, estrutura-se da seguinte forma:

1– INTRODUÇÃO

2–DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO À INFORMAÇÃO

ARQUIVÍSTICA: aborda a evolução semântica do conceito do documento arquivístico, partindo de uma concepção nitidamente baseada no suporte, para, ao longo do tempo, chegar a dimensões do contexto, conteúdo e, por conseguinte, de informação. O capítulo constitui-se na fundamentação teórica para a discussão da multidimensionalidade do assunto na informação Arquivística.

3 – A NOÇÃO DO ASSUNTO NA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA busca contextualizar as várias abordagens da noção de **Assunto** na literatura arquivística, entre os autores chamados “tradicionalistas” e entre os contemporâneos.

4 –I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO analisa as contribuições do evento, realizado em 1998 na cidade de Pisa, na Itália. Os *Anais* são constituídos de 10 trabalhos sobre o **Assunto** em arquivos.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

2 DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

O presente capítulo busca, na literatura, os conceitos, as características e as tendências atuais do documento de arquivo, procurando avançar no sentido de construir um texto que percorra desde o conceito do documento no universo da tradição arquivística até a passagem para a valorização da informação (passagem identificada como fenômeno, em alguns autores).

2.1 O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

O documento é estudado em outras áreas, além da Arquivística, Biblioteconomia e Museologia, como, por exemplo, no Direito, na História, na Informática, na Administração. Desse modo, tornam-se amplas as fontes bibliográficas disponíveis para o estudo do documento. Entretanto, busca-se o conceito específico para documento de arquivo.

Na literatura da área, verifica-se que a caracterização do documento de arquivo refere-se a peculiaridades, que decorrem da necessidade de tratamento diferenciado em relação à preservação, à organização e ao acesso.

Conhecer as especificidades dos documentos arquivísticos é fundamental para oferecer eficientes serviços de informação. Nesse sentido, serão revisados os conceitos do documento arquivístico.

Para Romero Tallafigo (1994 , p. 109), a estrutura que compõe os documentos arquivísticos pressupõe suporte, meio e conteúdo. O autor se refere aos meios tradicionais e meios eletrônicos, nas abordagens sobre meio. O autor não especifica a abrangência que o conteúdo do documento arquivístico deve possuir.

A questão do meio, ressaltada pelo autor, refere-se à contraposição meios tradicionais e meios eletrônicos e não contribui especificamente para os objetivos deste trabalho.

A estrutura apresentada, sobre as partes que compõem o documento, contribui para visualizar as mudanças ocorridas, nos últimos séculos, sobre os conceitos e as definições do documento arquivístico.

Outros autores também elaboraram conceitos baseados no suporte, os quais permaneceram até o século passado. Alguns autores contemporâneos, como, por exemplo,

Tanodi (1981, p. 5), também consideram o documento de arquivo embasando-se no suporte, definindo-o como

[...] suporte que contém um texto que é o resultado de uma atividade administrativa de uma entidade, efetuada em cumprimento de seus objetivos e finalidades. [...] que a atividade administrativa se toma em um sentido extenso das gestões internas e tramites internos e externos considerados de índole administrativa, contábil (econômico-financeiro) e jurídica (que dão provas sobre direitos e deveres).

Para alguns autores contemporâneos, como Núñez Fernandez (1999), Vazquez (1996), Heredia Herrera (1995), Camargo (1994), Smit (2005), Cook (1997b, 2000), entre outros, o conceito de documento arquivístico é intimamente relacionado ao seu conteúdo. Esse posicionamento traz grandes discussões na Arquivística.

Assim, o conteúdo passa a ser considerado no conceito, como os elementos físicos, essenciais na constituição do documento, além dos quais se acrescenta, ao conceito do documento arquivístico, o contexto da produção documental. A partir dessas considerações, observam-se, na literatura da área, novos conceitos para o documento arquivístico contemplando, por exemplo, a informação.

Para esses autores, assim como os elementos físicos e intelectuais constitutivos do conceito do documento arquivístico que fizeram parte da sua definição ao longo da história. O conteúdo começa, gradativamente, a ser inserido no conceito, como pode ser verificado na literatura contemporânea da área.

Núñez Fernandez (1999, p. 555) define documento de arquivo como “conjunto formado por um suporte e pela informação que contém, utilizado com fins de consulta ou prova”. O autor acrescenta ainda (p. 546) “que tais documentos já nascem com um destino específico, o de documentar atos (jurídico, econômicos, mercantis, etc.)”, constituindo-se em objetos de informação: “não poderá haver testemunho se não houver informação”.

O documento de arquivo é considerado por Vazquez (1996. p. 13-14) como “um suporte modificado por um texto a ele aderido, que surge como resultado de uma atividade administrativa e tem como fim estabelecer uma ordem, provar algo ou meramente transmitir uma informação útil para o trâmite.”

Para o autor, a definição só fica completa ao se caracterizar o fim ao qual se destinam os documentos de arquivo, em relação ao documento de outras profissões. Para tanto, enumera três fins:

1. Estabelecer uma ordem. Refere-se a documentos que assentam a vontade de uma autoridade, com intenção de que se obedeça. São os documentos dispositivos: leis, decretos, ordenanças, sentenças etc.
2. Provar algo. São documentos que fazem fé, os documentos testemunhais: atas, registros etc.
3. Meramente transmitir uma informação. Todo documento é de alguma maneira, informativo, por isso se agrega ao advérbio meramente. Esta frase se refere àqueles documentos informativos que somente levam notícias, sem gozar do atributo de fazer fé nem de impor a vontade de uma autoridade: informes, telegramas, cartas etc.

Ainda, no sentido da verificação do conceito do documento arquivístico, comparando com a estrutura apresentada anteriormente por Tallafigo (1994), Camargo (1994, p. 34-35) entende que documento de arquivo é

[...] a unidade constituída pela informação e seu suporte. Por informação entende todo e qualquer elemento referencial contido num documento, este, por sua vez, é parte de um coletivo muito especial a que denominamos de arquivo, que em sua acepção clássica é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor.

Smit (2005, p. 11) diz que “para que a informação possa ser “lida” em outro momento e/ou em outro lugar, é necessário registrá-la. É o registro que confere à informação um caráter menos volátil, mais permanente e mais portátil. O documento supõe um suporte e uma inscrição”. Assim, a autora chega à noção de documento, enquanto registro. Também considera o suporte e o conteúdo do documento.

Martín-Pozuelo (1996) é um dos autores que defende que o conceito do documento arquivístico deve possuir uma extensão definitivamente mais ampla no que se refere à configuração tanto dos aspectos internos (o conteúdo, que engloba a natureza histórica e jurídica), quanto dos aspectos externos (natureza diplomática).

A autora ressalta que a diferenciação do conceito do documento arquivístico fixa-se nos princípios teóricos da Arquivística, uma vez que a “ função pela qual surge um documento

arquivístico é, em definitivo, o componente essencial em sua conceituação” (MARTÍN-POZUELO, 1996, p. 90).

Esse sentido dinâmico e mais amplo discutido pela autora demonstra a contribuição social do documento para as organizações, para o Estado e para o indivíduo. Essa questão será mais detalhada no próximo item, sobre a Informação Arquivística, informação que está presente no documento arquivístico e no seu contexto, onde se busca caracterizá-la no aspecto social.

As diferentes abordagens do documento arquivístico, ocorridas nos últimos tempos, pelo aparecimento de novos suportes, poderiam interferir nos procedimentos destinados a assegurar a proteção física, a conservação e a preservação, mas, de acordo com Camargo (1994, p. 37), “afeta também a maneira de definir e tratar esses suportes entre os profissionais da informação”.

Para a autora (p. 34), “o uso de distintos suportes da informação tem provocado discussões que envolvem os fundamentos teóricos da arquivística”. Nesse sentido (p. 37),

[...] de um lado temos o preceito da interferência e da fragmentação da unidade documental, a ser recuperada individualmente, e, mais do que isso, em função dos elementos de conteúdo. A prática arquivista aproxima-se da prática documentária e aponta para uma situação-limite, em que os documentos se destacam de sua origem, as informações de seu contexto e os dados das informações.

De acordo com a autora, a Arquivística encontra-se, nesse período, em meio a um grande problema diante dos novos suportes da informação, uma vez que ocorre a fragmentação da unidade documental no processo de recuperação individual de elementos de conteúdo. Assim sendo, perdem-se os elementos de origem e de contexto do documento.

Devido a toda essa problemática que se estabeleceu quando do aparecimento dos novos suportes eletrônicos, surgem, na literatura, discussões sobre a questão. Entre elas, destacam-se as propostas de Cook (1997b, 2000). Primeiramente verifica-se que o autor apresenta uma nova estrutura para o documento arquivístico, ainda que não a denomine de estrutura, e sim de “partes que compõem o documento”.

Para Cook (2000)¹, as partes que compõem os documentos arquivísticos são:

¹ Para Cook (1997a), a Arquivística não deve ser vista como um conjunto de regras imutáveis, que foram estabelecidas sem nenhum interesse e que guarda verdade absoluta; e também não é linear, formada a partir de um consenso mundial. Ao contrário, a Arquivística é uma junção de diferentes propostas, superpostas e contraditórias

estrutura, conteúdo e contexto. Nessa perspectiva, o autor mantém o conteúdo e acrescenta estrutura e contexto. O primeiro aspecto a ser considerado é a época de elaboração dessa segunda proposta, um momento de discussões dos conceitos relativos aos documentos digitais.

De acordo com a proposta, na estrutura, preserva-se a autenticidade; no contexto, mantém-se a ordem natural de produção; e, no conteúdo, explicita-se o teor do documento ou do conjunto documental. O conceito do documento arquivístico como um suporte informático encontra nessa proposta apoio para seu desenvolvimento.

Assim, a elaboração dos conceitos para o documento eletrônico² avança, ao se considerarem o contexto e também os aspectos da autenticidade do documento, os quais compõem os princípios básicos da Arquivística.

Observa-se que o pensamento do autor não rompe com os princípios teóricos da Arquivística, que são: proveniência, organicidade e autenticidade, conforme pode ser constatado nas palavras de Cook (2000, p. 10):

[...] o princípio da proveniência muda sua perspectiva de relacionar um documento diretamente a seu “lugar” individual numa hierarquia organizacional tradicional, para se transformar num conceito mais elástico, refletindo as funções e processos na criação dos documentos, dentro e através de organizações em constantes mudanças, interagindo com uma clientela também mutável, refletindo diferentes culturas organizacionais, na maioria das vezes menos verticalizadas, ligadas em rede de curta duração. “Proveniência, em suma, está relacionada a função e atividade mais do que a estrutura e lugar. Proveniência passa a ser mais virtual que física.”

O mesmo autor (2000, p. 10) diz que “essas partes que antes eram fixadas e reunidas num único suporte, o papel, formando uma unidade lógica e física, hoje estão dispersas em variados tipos de suporte de armazenagem de dados formando unidade lógica e virtual em determinados casos, ocorre assim dispersão lógica e física”.

De acordo com o autor, o conceito de documento arquivístico mudou, então, de um objeto físico para um objeto conceitual, incluindo os dados que combinam virtualmente conteúdo, contexto e estrutura. Os documentos deixam de depender do seu formato : “[...] o documento não é mais um objeto passivo, um registro de evidência, mas um agente ativo,

idéias coexistindo e misturando-se. O autor acrescenta (p. 26) que “o reconhecimento da natureza mutante da teoria arquivística será sua força e não sua fraqueza”.

² A proposta apresentada por Cook (2000) sustenta a elaboração dos conceitos dos **documentos arquivísticos eletrônicos**, uma vez que o contexto é considerado como uma das partes que compõem o documento arquivístico.

jogando um papel contínuo na vida de indivíduos, organizações e sociedades (COOK, 2000, p. 10)”.

Durante séculos, o suporte papel foi relacionado com os princípios teóricos da Arquivística: proveniência, organicidade e autenticidade, formando uma simbiose no que se refere à conceituação do documento arquivístico.

Com essa nova forma de visualizar a composição das partes do documento arquivístico, proposta por Cook (2000), verifica-se que, com base nos conceitos analisados a partir da estrutura proposta por esse autor, o suporte não é o elemento fundamental, pois é consolidado que o documento, para existir, precisa de registro e de um suporte, seja ele qual for, não dependendo do formato.

Da proposta de Tallafigo (1994) para a de Cook (2000), o avanço é especificamente no sentido do contexto do documento, uma vez que o meio e o conteúdo apresentados pelo primeiro autor não vinculam o documento e/ou conjunto documental ao contexto, elemento fundamental na caracterização do documento arquivístico.

O aparecimento do documento em suporte eletrônico revela a consolidação dos princípios teóricos da arquivística na atualidade, pois, passados os primeiros impactos com o surgimento desse novo suporte, a área vem desenvolvendo novos conceitos para o documento arquivístico, ou melhor, a evolução tecnológica muda a perspectiva e a atenção fixa-se bem mais na estrutura, no conteúdo e no contexto do documento arquivístico.

De acordo com o exposto, Thomassen (2001) refere-se à “quebra de paradigma”³. Para o autor, a arquivologia clássica tem por objeto o arquivo, identificado como conjunto de documentos produzidos ou recebido por uma dada administração e que, sendo custodiados por uma instituição arquivística, são considerados “artefatos” físicos, e as interações entre essas entidades eram consideradas orgânicas por natureza, o que ora se modifica para uma “ruptura paradigmática”.

No entanto, para que se possa ter maior clareza conceitual do documento como entidade arquivística, torna-se necessário conhecê-lo em suas características intrínsecas.

³ Abordagens sobre “quebra de paradigma”, são apresentadas também por outros autores, entre os quais destacam-se aqui Fernanda Ribeiro (2003) e Terry Cook (1997a). Ribeiro, na perspectiva da passagem do “paradigma–tecnicista” para o “científico-informacional” ; Cook aprofunda-se no paradigma tecnológico. Não é de consenso na literatura da arquivística que houve “quebra de paradigma”, de acordo com Lopes (1996), é quase inexistente rupturas filosóficas em mais de um século de produção intelectual.

Encontra-se vasta literatura acerca da caracterização dos documentos arquivísticos, a qual se refere, além de outros elementos, a: estrutura orgânica, valor como testemunho e prova, e conjunto documental (relação de um documento com outro, pois os documentos perdem parte do seu valor quando isolados).

Cada um dos pontos relacionados anteriormente daria, por si só, várias outras discussões; porém buscar-se-ão, nas caracterizações do documento arquivístico, elementos que possam contribuir para o encaminhamento de uma discussão sobre o que possa ser uma Informação Arquivística. Nesse sentido, buscar-se-ão subsídios nas características físicas (referentes ao suporte) e intelectuais (referentes ao conteúdo). As características físicas do documento podem ser a natureza dos materiais (suporte do documento ou o veículo da informação) e gráficas (materialização da informação no suporte: letras, números etc.), e, ainda, intelectuais, relacionadas ao conteúdo do documento.

Sobre as características dos documentos de arquivos, Cruz Mundet (1997, p. 98) as denomina de caracteres, que se referem tanto à estrutura física (caracteres externos) quanto ao seu conteúdo substantivo (caracteres internos). Os caracteres externos, segundo o autor, são: gênero, tipo, formato, quantidade e forma; como caracteres internos enumeram-se: entidade produtora, origens funcionais, data e lugar de produção e conteúdo substantivo.

Quanto aos **caracteres externos**, tem-se:

- o **gênero** está determinado pelo procedimento empenhado para transmitir a informação. Assim, temos documentos textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais e eletrônicos;
- o **tipo** vai além do meramente físico e externo; portanto revela tanto o seu conteúdo quanto sua estruturação no documento e deriva da ação representada. Assim, a ação se materializa em um tipo determinado;
- o **formato**, por exemplo: disquete 5 ¼ ou de 3 ½ pol, CD-ROM, Pen Drive;
- a quantidade refere-se ao número de unidades (volumes, documentos...) e ao espaço que ocupam os documentos (metros lineares);
- a **forma**, mais conhecida como termo diplomático de tradição documental, que consiste na autenticidade, isto é, a condição de original ou cópia e suas distintas variantes.

Quanto aos **caracteres internos**, tem-se:

- **entidade produtora:** quer dizer, o autor do documento, que pode ser uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada;
- **origens funcionais:** as razões pelas quais se produz um documento, tomando em consideração, e pela ordem da função, a atividade e o trâmite por ele realizado;
- **data e o lugar de produção:** também denominada data tópica e cronológica do documento, que se situa no tempo e no espaço;
- **conteúdo substantivo:** o assunto ou tema de que trata um documento, o seu fim e os objetivos perseguidos com sua redação.

Assim sendo, pode-se dizer que todas as entidades fundamentais que constituem o documento arquivístico são potenciais elementos informacionais. Além dos **caracteres internos** e externos, o contexto de produção, o conteúdo semântico e o conteúdo diplomático do documento, por si próprios, possuem vários elementos que podem tornar-se informação arquivística.

Além das características físicas e intelectuais, o documento arquivístico apresenta algumas características distintas do documento comum, as quais são descritas a seguir, na perspectiva da identificação de elementos informativos presentes nessas características.

Heredia Herrera (1995, p. 125-126) e Cruz Mundet (1997, p. 97) apresentam praticamente as mesmas características para o documento arquivístico. São elas: - ser único, isto é, não é publicado em vários exemplares; - o **caráter seriado**, ou seja, são produzidos um a um, e, com o passar do tempo, constituem séries documentais; - a gênese documental, isto é, produzem-se dentro de um processo natural de atividade, surgem como produto e refletem a tarefa de seus produtores; a inter-relação (caráter orgânico), que é a relação estabelecida entre os documentos, que perdem parte de seu valor informativo quando isolados.

O fato de o documento arquivístico não ser publicado, isto é, ser único, faz com que cada documento adquira determinados valores, mais especificamente no que se refere à preservação, pois, uma vez eliminado, o documento e as informações são extintos. Para Cruz Mundet (1997, p. 97), “a informação que contém raramente se encontra em outro documento com idêntica extensão e intensidade, portanto é exclusiva”.

Sobre o caráter orgânico do documento arquivístico, Duchein (1977, p. 75) considera que “o documento de arquivo não tem razão de ser, na medida em que não pertença a um conjunto”. Acrescenta que tal conhecimento só é possível quando o conjunto de documentos

que o compõe tenha sido conservado intacto, bem individualizado e sem confusão alguma com documentos de origem diferente.

O caráter seriado e a gênese carregam informações do contexto do documento, informações geradas naturalmente, as quais se referem, entre outras, à identificação do produtor do documento. Tais informações são respondidas por meio da relação de um documento com outro.

Ainda nesse sentido, Lodolini (1991, p. 35) acredita que “o documento de arquivo não é jamais concebido como elemento isolado; este tem sempre um caráter utilitário, que pode aparecer claramente se conservado no conjunto de outros documentos que o acompanham”.

A fim de destacar o contexto do documento arquivístico em relação ao seu produtor, o mesmo autor acrescenta (p. 35):

Como conseqüência, é essencial para a valorização de um documento qualquer, que queira saber exatamente quem o produziu em quais circunstâncias, no marco de que processo, com que fim, para que é destinado, quando e como foi recebido, e por quais vias está ligado aos outros documentos.

Cortés Alonso (1989, p. 58) enumera três características do documento arquivístico: imparcialidade, inter-relacionameto e unicidade. Duranti (1994, p. 51) também considera essas três características e acrescenta ainda a autenticidade e a naturalidade, formando cinco elementos. Tal caracterização se tornou consagrada no meio arquivístico.

□ **imparcialidade** - refere-se às circunstâncias de sua criação (rotinas processuais) que asseguram o caráter de prova e fidedignidade aos fatos e ações;

□ **autenticidade** - os documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos como garantia para futuras ações ou para informação [...] Assim, os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia, de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados;

□ **naturalidade** - os documentos de arquivo não são coletados artificialmente, mas surgem de acordo com o curso dos atos e ações de uma administração. O fato de os documentos não serem concebidos fora dos requisitos de atividade prática, isto é, de se acumularem de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, dota-os de um elemento de coesão espontânea, ainda que estruturada;

□ **inter-relacionamento** - cada documento está intimamente relacionado com outros, tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado e [...] seu significado depende dessas relações. O documento, tomado na sua individualidade, não é um testemunho completo dos atos e das ações que o geraram, mas é na relação que estabelece com outros documentos e com a atividade da qual é resultado que lhe é dado significado e capacidade comprobatória;

□ **unicidade** - cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence e no universo documental. Cópias de um mesmo registro podem existir em um grupo ou em grupos diferentes, mas cada cópia é única em seu lugar.

Como se pode observar, à luz da literatura revisada sobre as características do documento arquivístico, o mesmo assumiu, na área, um processo de evolução conceitual, como se verifica no esquema⁴ a seguir.

⁴ É pertinente observar que a Figura 1 não tem pretensão de apontar ou sugerir modelo teórico, mas apenas apresentar, como mero recurso metodológico, uma sistematização que possa representar a evolução do conceito do documento arquivístico, refletida no fazer da área.

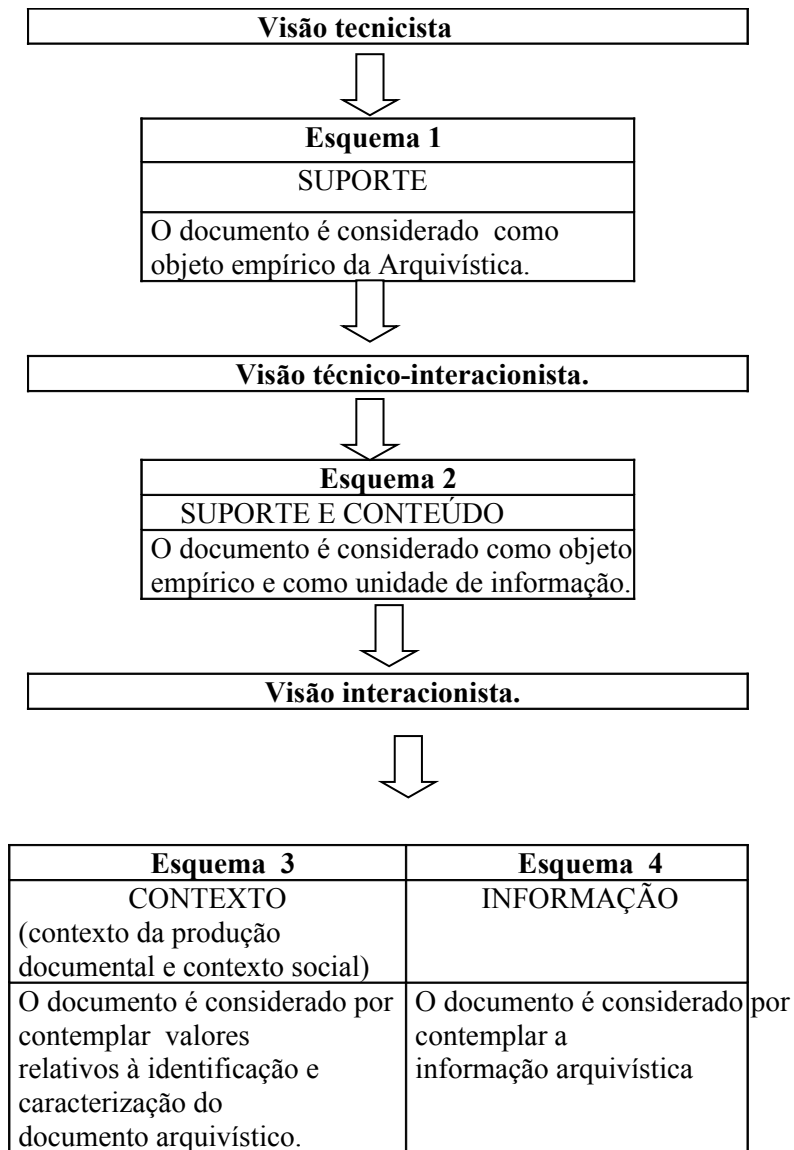


Figura 1⁵ Evolução conceitual do documento arquivístico

⁵ Figura elaborada a partir do livro *Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino*, MATUI (1995) apresenta a base epistemológica da filosofia e demais postulados pedagógicos que alicerçam as visões funcionalistas, construtivista e interacionista da linguagem. Para tanto, o pedagogo resgata os principais fundamentos do racionalismo, do materialismo, do materialismo histórico da visão mecanicista de mundo, do homem e da linguagem, entre outras filosofias e visões psico-pedagógicas que têm norteado o fazer científico de diferentes campos do saber.

Desse modo, em uma visão tecnicista tem-se o suporte como objeto empírico da área. A isso se agrega, na visão técnico-interacionista, o conceito de conteúdo, segundo a qual o documento arquivístico passa a ser considerado, também, como unidade de informação, ainda que a Arquivística não feche um consenso sobre o tipo de conteúdo a ser considerado.

Sob a ótica interacionista, o contexto é considerado como elemento fundamental de identificação e de caracterização do documento enquanto objeto de estudo da Arquivologia. Nesse âmbito, entende-se que o conteúdo do contexto é, por assim dizer, a entidade que dá vida ao documento, provendo-o com dinamicidade e também o relaciona com isto ao Fundo, Grupo, Subgrupo e Série; conseqüentemente, estabelece e preserva o seu valor histórico⁶ e o seu diálogo com outros universos.

A noção de informação, por sua vez, e diferentemente das outras recém-referidas, é resultante de demandas sociais. Nesse contexto, devido aos múltiplos interesses das mais diversas áreas do conhecimento e de vivência social, surge o cidadão que procura pela informação pontual, cabendo ao arquivista criar mecanismos para suprir essa demanda.

É interessante observar que os termos **suporte**, **suporte** e **conteúdo**, **contexto** e **informação** fazem parte de diferentes domínios de conhecimento, e de vivência no universo da Arquivística. Enquanto os termos suporte e suporte e conteúdo têm sua pertinência semântica e acadêmico-metodológica alicerçada no objeto tradicional da Arquivística, o documento, os termos contexto e informação ultrapassam as fronteiras específicas do ato de arquivar, a sua intra-perspectiva, e contemplam valores contextuais, a sua inter-perspectiva, dialogando, dessa forma, com demandas técnicas e socialmente impostas. Se assim for, essas noções apontam, entre outras causas e efeitos de sentido, os avanços no estudo do conteúdo do documento arquivístico, uma vez que a informação arquivística está presente no documento, seja no documento isolado, no conjunto documental e no contexto, a fim de a Arquivística assumir cada vez mais sua responsabilidade, no sentido abrangente do termo, legitimando sua função na sociedade.

Não é o objetivo deste estudo questionar o objeto de estudo da Arquivologia. A intenção é demonstrar que existe essa discussão e que será dada a mesma ênfase no item a seguir à informação arquivística, assim como foi dado ao documento arquivístico, buscando neles elementos que possam contribuir para o encaminhamento da discussão do capítulo 3.

⁶ Aqui, a noção de história é considerada como um processo dinâmico, contemplando a diacronia e a sincronia do fazer social.

Thomassem (2001) acredita que o objeto da Arquivologia deixa de ser o “arquivo”, representado pelo conjunto de documentos, para ser a “informação arquivística”, ou seja, a informação gerada mediante processos administrativos e por eles estruturada, de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida.

No sentido de verificar as novas abordagens ocorridas na área, Lopes (1996, p. 47-49) justifica não ser o seu propósito historiar⁷ a evolução do pensamento arquivístico, porém chama a atenção para o fato da quase inexistência de rupturas filosóficas em um século de produção intelectual. Segundo a tradição, podem-se “aduzir derivações pragmáticas, mas não alterar o seu objeto básico - os documentos - nem oxigená-las com os conhecimentos contemporâneos de diversas áreas”.

Diante dessas constatações, conclui-se que o documento arquivístico permanece como objeto de estudo da arquivística, porém as discussões estão avançando de forma bastante intensa em relação à mudança do objeto de estudo, no sentido de vir a ser a informação arquivística. Essa mudança ainda encontra bastante resistência por parte da comunidade científica e profissional da área. Mais importante do que vir a se tornar objeto de estudo é que a informação faz parte do âmbito profissional e acadêmico da arquivística, assim como todas as demais profissões, que, independente de esta ir em busca da informação, acontece o contrário: é a informação que se impõe no contexto das profissões na atualidade.

2.2 A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Com base na literatura revisada, pode-se dizer que a informação arquivística constitui-se em grande desafio para a área, devido à ausência de conceitos a respeito e à responsabilidade de vir a ser o objeto de estudo da Arquivologia, de acordo com a literatura analisada.

⁷ É realizada uma análise da literatura internacional, partindo dos grandes manuais. Lopes (1996) arrola que desde o Manual do britânico Hillary Jenkinson (1922; 1937; 1965), passando pelo do norte-americano Schellenberg (1956; 1974), o manual do Archives de France (1970); o importante A Modern Reader (1984), que reuniu textos de Evans, Dollar, Jenkinson e Schellenberg; o Italiano Elio Lodolini (1984) Archivistica: principi e problemi; até a Espanhola Antonia Heredia Herrera, que compila a tradição e os avanços da teoria arquivística internacional.

O termo informação arquivística surge, na literatura da área, no início na década de 80, quando a informação começa a ser significativamente tecnologizada por recursos eletrônicos com altíssimo nível de rapidez (micro-computadores acessíveis), mais recentemente (Internet, celular, entre outros).

O conceito de informação, de acordo com diversos autores, como Núñez Fernandez (1999); Lopes (1996); Fonseca (2005); Rousseau (1980); Rousseau; Couture (1998); Silva, (1994); Silva et al. (1999), entre outros, é um conceito polissêmico e não menos polêmico sendo utilizado por diversas áreas do conhecimento. Desse modo, buscar-se-ão elementos específicos e característicos da informação arquivística que possam contribuir para uma melhor compreensão conceitual e fornecer subsídios à posterior abordagem do **Assunto** na área.

O conceito de informação arquivística, como ressalta Lopes (1996, p. 30), “é praticamente ausente nos mais conhecidos textos da literatura mundial especializada e nas propostas de soluções para os problemas dos arquivos”.

Definido por Silva (2004, p. 2) como “[...] certa informação que se encontra sob a guarda de um organismo arquivístico, a ser usada para resolver um dado problema”. Conforme já exposto, há muitas peculiaridades no conceito e nas características do documento arquivístico. Tem-se a expectativa de que a constituição de conceitos para a informação arquivística contemple, além do conteúdo do documento arquivístico, também elementos do seu contexto.

Para uma reflexão inicial, Heredia Herrera (1993, p. 32) chama a atenção para que “não se perca de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia e sua ordem: arquivo – documento de arquivo – informação”.

Foi o canadense Jean-Yves Rousseau (1979) quem, pela primeira vez, fez menção **à informação registrada**, no contexto arquivístico, e, juntamente com Carol Couture (1982, 1998), propõe uma arquivística preocupada com o **tratamento da informação desde o seu nascimento até o seu destino final**, por eles denominada de Arquivística Integrada.

A noção de informação arquivística, conforme afirma Fonseca (2005), é a expressão estudada pelos arquivistas canadenses Couture, Rosseau e Ducharme, ainda não constitui um conceito aceito de forma unânime na área.

Em 1988, no artigo “L’archivistique a-t-elle trouvé son identité?”, os referidos autores canadenses invocaram a subordinação da Arquivística à História, abordaram a evolução das práticas arquivísticas nos EUA, explicaram a tendência do Quebec de criar os próprios

modelos, examinaram as proposições dos arquivistas de Quebec e referem-se textualmente à **informação arquivística** dos documentos e seus valores.

Vale salientar que é na chamada Arquivística Integrada⁸, enquanto disciplina que “agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação” (GARCIA; SCHUCH JUNIOR, 2002, p. 46), que a expressão “informação arquivística” passa a ser usada com mais frequência.

Observa-se também na literatura arquivística nacional o aparecimento de estudos sobre a informação arquivística, apesar de ainda se apresentarem em pouca quantidade. Nesse contexto, destacam-se autores, como Luiz Carlos Lopes (1996), José Maria Jardim (2004), José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (1992) e Johanna Smit (2005).

Esses autores estabelecem uma relação entre a informação arquivística defendida pela Arquivística Integrada e os princípios arquivísticos tradicionais. Lopes (1996, p. 34 -35) diz:

[...] mantém-se o que há de melhor na tradição teórica internacional simbolizada pelo princípio da proveniência e pela teoria das três idades. Rompe-se por outro lado, com o imobilismo provocado pela definição tradicional, sem dar margem a confusão entre as várias possibilidades de atribuição do conceito de informação, de documento e de documentação.

Assim, de acordo com o autor (1996, p. 34), “o conceito de idade e valor, imbricados na teoria clássica, fica preservado”.

Para Smit (2005, p. 38), a informação arquivística revela-se como **“a informação contida no documento, entendida não pela identificação de seu conteúdo mas pela identificação e contextualização da atividade que o gerou”**. Como ressalta a autora, essa informação pode servir de “apoio à decisão” ou “apoio para a ação”.

A mesma autora (p. 38) defende que “se o que o arquivo torna disponíveis os documentos, a informação pode ou não ficar conseqüentemente disponível”.

⁸ Rousseau e Couture (1998, p. 70) destacam a Arquivística Integrada, que busca atingir os seguintes objetivos: - garantir a unicidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; - permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; - integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo. Rousseau; Ducharme (1980 apud GAGNON-ARGUIN 1992, p. 97-101) afirma que a base da disciplina teve influências francesas e americanas em sua formação, e que os principais textos relativos ao desenvolvimento e à consolidação de um pensamento original tiveram a mesma origem. Cita a importância do trabalho de Doyle-Frenière et Frenière (1974), que demonstra a influência do *Record Management*, pelo seu potencial de utilização nos arquivos locais.

O pensamento da autora aponta duas hipóteses. A primeira concerne à disponibilidade do documento, quando o usuário que o solicita dispõe de meios para “entender” o seu conteúdo, ou seja, para contextualizar a atividade que o gerou. Por outro lado, caso o usuário não disponha de meios para “entender” o conteúdo do documento colocado à sua disposição, não terá acesso à informação.

A segunda concerne à possibilidade de o usuário não dispor de elementos contextuais para entender o conteúdo colocado a sua disposição. Neste caso, ele não possui indicialidades circunstanciais (atividade que gerou o documento; identificação do produtor) para processar a informação.

No âmbito da interpretação do sentido, o pensamento de Smit (2005) pode ser respaldado por uma das grandes teses da lingüística moderna, a saber: o sentido está, no caso presente, quando a informação está sempre entre a parte lingüística e a não lingüística do termo (MONDADA, 1997). No caso em questão, pode-se dizer que a informação está entre os dados fornecidos pelo documento e a sua relação com elementos contextuais que o legitimaram e o instituíram.

Observa-se que a referida autora aborda a informação arquivística na perspectiva dos princípios arquivísticos, uma vez que prioriza o contexto de produção caracterizado pela função do documento. Entende-se, portanto, que a soma dos pontos de acesso com a função amplia as possibilidades de acesso.

Smit e Guimarães (1998, p. 65) afirmam que “a informação estocada, tanto na fase corrente quanto na permanente, aponta para algo além do documento formal, ou seja, sua função propriamente dita e o seu conteúdo”. Acrescentam, ainda, duas acepções para o conteúdo da informação arquivística (p. 65) : “num primeiro momento, o da fase corrente, um conteúdo funcional, e num segundo momento, o da fase permanente, acrescenta-se ao conteúdo funcional um conteúdo informacional”.

Para os referidos autores, não se trata de uma substituição do conteúdo (funcional) da fase corrente por outro (informacional), na fase permanente dos arquivos, mas da soma, por agregação, sendo um complemento do outro.

Prosseguindo na análise acerca da informação arquivística, vale abordar alguns aspectos que, segundo a literatura, a peculiarizam.

Couture e Ducharme (1998, p. 14), referindo-se à informação arquivística como área de pesquisa, ressaltam o caráter prioritário da mesma. Para isso vêm como necessário: a) identificar uma metodologia própria; b) recorrer às ciências da informação, sobretudo para o que se refere aos documentos eletrônicos; c) adquirir uma dimensão internacional.

Desse modo, percebe-se que a informação arquivística constitui tema pertinente de pesquisa na área. No entanto, sua base teórico-metodológica é ainda incipiente.

Lopes (1996, p. 34 -35) alerta para as propriedades da informação arquivística, quais sejam: a organicidade, (isto é, a sua relação umbilical com o produtor), a originalidade (que é a possibilidade de serem avaliadas de acordo com suas idades e seu uso) e a possibilidade de avaliação (de acordo com suas idades e seu uso).

O autor destaca, segundo idades e usos, que a primeira tem relação com a natureza limitada de seus suportes – convencionais ou eletrônicos; a segunda, com a função de acumulação de informações – produzidas ou recebidas por um sujeito (pessoa ou organização) com atividades e características cognoscíveis; a terceira, às atividades geradas, que podem ser administrativas, técnicas ou científicas.

Núñez Fernandez (1999, p. 546-547) também se refere às peculiaridades informativas do documento de arquivo, as quais podemos considerar como propriedades específicas. Para o autor, a informação está sujeita a parâmetros preestabelecidos por normas sociais e institucionais, ou, dizendo de outra forma, não é uma informação arbitrária; assim sendo, é o tipo de documento (gênese, tipologia, suporte, etc.) que determina a informação e não o inverso. Por ser única e original, essa informação, em cada caso, está submetida, de certo modo, a seqüências repetitivas, pela mesma forma seriada com que se procede à documentação.

Esse caráter seriado inerente à informação arquivística permite observar que a mesma, quando isolada de seu conjunto orgânico natural, é sempre uma informação incompleta e fragmentada. Nesse contexto, é importante recordar, ainda, que a causa ou o motivo que dão origem a um documento de arquivo nada ou pouco tem a ver com as demandas futuras das informações que contém, que, em muitos casos, serão divergentes entre si.

Conforme já abordado, o caráter seriado e a gênese carregam consigo o contexto do documento, gerado naturalmente, e se refere, entre outras coisas, à identificação do produtor do documento, e, portanto, contempla também informações geradas devido à relação de um documento com outro.

Silva (1994, p. 11) chega inclusive a defender, nesse contexto, a valorização da informação (fenômeno/processo humano e social), ao afirmar que reside nela, e não no suporte (material externo ao sujeito), a sua historicidade (orgânico-contextual) e a sua riqueza patrimonial/cultural. Desse modo, o autor opõe o “incessante e natural dinamismo informacional” ao “imobilismo documental”, traduzindo-se aquele no trinômio criação-seleção natural-acesso/uso.

Ampliando o conceito de informação, Silva et al. (1999) argumentam que a informação arquivística pode ser considerada, naturalmente, tanto um “fenômeno”, quanto um produto resultante de um “processo”, sendo o arquivo o reencontro dessas dimensões.

Na atualidade, a Arquivística ainda não chegou a um consenso em relação à definição de seu objeto de estudo. Porém, de acordo com a literatura revisada, observa-se que existe ainda maior privilégio do documento arquivístico em face da informação arquivística.

A Arquivística caminha para uma aproximação com a Ciência da Informação. Ainda há caminhos a serem percorridos, principalmente no que se refere à consolidação de um conceito para informação arquivística, um conceito que contemple, além do conteúdo propriamente informacional do documento arquivístico, elementos do seu contexto, de acordo com os princípios da área, conforme descritos acima.

Couture e Ducharme (1998, p. 14) defendem a construção de um campo de “pesquisa prioritário” – os autores referem-se à pesquisa sobre a informação na Arquivística. Alertam para que, caso essa discussão não avance, os estudos de usuários em arquivos permanecerão limitados às reflexões sobre a melhoria dos métodos de arranjo, dos instrumentos de pesquisa e das condições legais de acesso aos documentos.

Esses autores acreditam que as pesquisas podem demonstrar, de fato, as implicações e contribuições da substituição do objeto de estudo, do documento pela informação arquivística.

Pode-se observar que, à vista da literatura analisada, e considerando-se principalmente as afirmações de Silva et al. (1999) sobre a Arquivística no contexto da Ciência da Informação, tem-se que a visibilidade da “essência” constitutiva do documento é a informação.

Para esses autores, percebe-se cada vez mais que **não** há documento sem informação, mas, por outro lado, a informação vai além do documento (suporte material externo).

Para Silva (1994), a informação não se constrói apenas como fenômeno, mas também como processo, conjunto de “etapas” de criação, difusão, organização, armazenamento, pesquisa e uso. Nesse sentido, para o autor, a informação social é um “conjunto estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num suporte material qualquer (papel, filme, disco magnético, óptico etc.)” (SILVA, 1994, p. 10).

Como se pode observar, à vista da literatura analisada, a informação arquivística apresenta como traços distintivos:

- a) encontrar-se sob guarda de um organismo arquivístico;
- b) possuir função instrumental para solução de problemas, resguardo de direitos etc.;
- c) apresentar natureza registrada;
- d) possuir caráter orgânico;
- e) possuir caráter original;
- f) ser passível de avaliação segundo idades e uso;
- g) representar o conteúdo (teor documental) do documento arquivístico;
- h) representar o contexto de atividade que gerou o documento;
- i) ser inteligível ao usuário;
- j) possuir natureza não arbitrária (seu conteúdo decorre das peculiaridades presentes no documento arquivístico, os quais, exterioriza, tais como: gênese, tipologia, suporte etc.);

Essa informação, por sua vez, e notadamente em arquivos públicos, assume um valor nitidamente social o que, de acordo com Marinho Júnior e Silva (1998, p. 26), legitima o arquivo, uma vez que, ao disponibilizar essas informações, o indivíduo tem seus direitos preservados, principalmente no que se refere ao acesso; por outro lado, “transferem às informações sobre a memória coletiva, preservadas nos arquivos”. Os mesmo autores (p. 23) acreditam que a função social da informação nos arquivos deve:

- a) garantir o pleno acesso aos documentos e, por extensão, **às informações neles contidas**, seja para fins de pesquisa acadêmica, seja para fins de comprovação de direitos (grifo não consta no original);
- b) exercer, em nome da comunidade e da administração, a guarda e respectiva proteção da memória coletiva daquela população;
- c) elaborar tantos instrumentos de pesquisa quantos forem necessários para, por um lado, garantir uma maior vida útil dos documentos (através da redução do contato com os mesmos) e, por outro, facilitar a pesquisa por parte dos usuários, criando, sempre que possível, um vocabulário que atenda às especificidades destes clientes.

Desse modo, o valor social da informação arquivística manifesta-se em funções, tais como servir de subsídio para pesquisas nas mais diversas áreas, fornecer instrumento de apoio para tomada de decisão nas organizações e atuar como meio de prova para o indivíduo e organizações, entre outras.

Destaca-se, nesse contexto, o cidadão, potencial usuário, que ainda encontra resistência e dificuldades no uso dos arquivos públicos e de seus recursos, notadamente pautado pelo método orgânico-institucional. Cumpre recordar que os usuários legitimam o funcionamento dos arquivos públicos e, assim, as abordagens sobre a função e importância da informação arquivística justificam o esforço da área em garantir o pleno acesso aos documentos, elaborando instrumentos necessários para facilitar a pesquisa. É exatamente nessa ótica do usuário que se coloca a questão do **Assunto** enquanto perspectiva de busca informacional.

À luz do revisado neste capítulo, pode-se dizer que a informação arquivística é uma noção em estado de instituição na epistemologia da Arquivística.

Nessa perspectiva, a informação é polissêmica e polêmica, conforme abordado no início deste capítulo. Polissêmica, porque é concebida segundo diferentes experiências e, por conseguinte, segundo diferentes modos de interpretar e avaliar o grau de pertinência, “de valor de verdade” da informação no fazer arquivístico. Conseqüentemente, a noção de informação é também polêmica porque, ao estar em estado de discussão, ela abriga sentidos de diferentes entendimentos, interesses, ideais sobre a Arquivística como campo de saber e como área de atuação profissional.

O percurso da discussão acadêmica sobre a informação arquivística aqui apresentada respalda o entendimento de que ela é de natureza polivalente, podendo abrigar a maioria dos elementos que constituem e que legitimam o documento arquivístico: caracteres internos, caracteres externos, contexto de produção, conteúdo semântico e conteúdo diplomático do documento.

É pertinente ressaltar que, na atualidade, o objeto seminal da Arquivística é o documento em si e voltado para si. Ele é o legitimador da sua função e do seu valor probatório. Todavia, como mostra a literatura revisada, a Arquivística começa a abrir caminho para a sua integração com outras áreas do conhecimento, entre elas a Ciência da Informação.

É possível se dizer que a inserção da informação na Arquivística ainda está em estágio inicial. Em termos científico-metodológicos, a literatura arquivística ainda não dispõe de modelo teórico que estabeleça paradigmas capazes de oferecer espaço para a constituição da informação como uma das noções constitutivas do aparato teórico da Arquivística.

Nesse sentido, são pertinentes as contribuições de Gonçalves (2006). Entre outras abordagens, a autora fixa-se nos aspectos gerais de acesso à informação arquivística, pontua aspectos e leis sobre essa questão, aqui sintetizadas de acordo com o objetivo do presente estudo.

Igualmente faz um relato desde o surgimento das salas de consulta nos arquivos, dotadas de instrumentos de pesquisa. Estes são usados como intermediários entre o pesquisador e o documento, chegando em sua discussão até o papel fundamental dos arquivos para a construção do direito de cidadania, através do direito de acesso aos documentos públicos; direito do povo em fiscalizar seus governantes. Aborda a lei revolucionária francesa de 1794, sendo esta um marco do enfrentamento – frente à lógica do segredo. Essa lei entendia o acesso ao documento de arquivo como um direito coletivo. E não para um determinado interesse particular, por exemplo, comprovar direito de um imóvel, em função de direito particular, individual. A autora chama para as diferenciações de acesso aos diferentes tipos de documentos arquivísticos, como, por exemplo:

- documentos de ampla difusão (leis);
- documentos de acesso restrito particular (sigilosos);
- documentos sensíveis – o acesso à informação é vedado – o Estado exerce o direito de proprietário.

Ainda no sentido das questões relacionadas com o acesso à informação arquivística, a autora discute outras questões, como direito à privacidade, à imagem, à intimidade e direitos do autor, que são elementos a serem considerados na disponibilização da informação arquivística, ressaltando que esses direitos prevalecem ao direito à informação nos arquivos, podendo ser autorizados para consulta pelo sujeito e/ou instituição envolvidos; caso contrário, aguarda-se o prazo de prescrição, ou também, caso o Estado julgue de interesse, pode-se requerer a liberação para o acesso. Por todas essas questões, a autora conclui que o acesso à informação arquivística é relativizado.

Em síntese, cabe recordar as palavras de Umberto Eco, no livro *O nome da rosa*: “quando a natureza reprime, a sociedade vem a galope”. Usam-se os efeitos de sentido das palavras de Eco para se dizer que, de fato, a informação é resultante de forças e demandas sociais, às quais a Arquivística deverá, mais cedo ou mais tarde, prestar serviço, caso não queira se inserir no âmbito da ciência voltada para si mesma, ou seja, sem o sopro sógnico social que garanta a pertinência do fazer científico.

O próximo capítulo tem a expectativa de contribuir para uma reflexão que possibilite o pensar de novos recursos de acesso à informação que venham ao encontro dos interesses, necessidades e dificuldades que o cidadão encontra na utilização dos arquivos públicos, uma vez que todo sistema desenvolvido prioriza o pesquisador acadêmico e, em especial, o historiador. Para tanto, o estudo será permeado de diversas abordagens e discussões sobre o **Assunto** nos arquivos, através de revisão da literatura.

3 A NOÇÃO DE ASSUNTO NA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Na Arquivística, a literatura sobre **Assunto** ainda é pouco expressiva do ponto de vista quantitativo. Todavia, em termos acadêmicos, a noção já tem a sua legitimidade assegurada, a partir de duas grandes evidências.

A primeira evidência concerne à literatura constituída por autores como Heredia Herrera (1995) e Fernanda Ribeiro (2003), na qual a compreensão da noção de **Assunto** emerge de diferentes escopos experimentais da Arquivística.

A segunda evidência refere-se especificamente ao arcabouço abarcado pelos *Anais do I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*. Os trabalhos apresentados nesse evento constituem um dispositivo intelectual capaz de trazer a lume entendimentos que podem concorrer, significativamente, para a legitimação acadêmico-científica, por assim dizer, da noção de **Assunto**. Em outras palavras, na Arquivística, a noção de **Assunto** já constitui objeto de investigação científica (capítulo 4). Aliás, os diferentes escopos metodológicos dos trabalhos que contemplam a noção de **Assunto** dão a ela um caráter multidimensional, no que concerne ao seu estatuto semântico. Em outras palavras a noção de **Assunto**, ora em estado de constituição, projeta diferentes sentidos e diferentes efeitos de sentido, segundo as multiplas experiências dos sujeitos envolvidos com a literatura arquivística.

No entanto, e para que o **Assunto** na arquivística possa ser focado, necessário se torna, ainda que rapidamente, resgatar como o mesmo se constrói na Biblioteconomia, haja visto o fato de essa área vir mais tradicionalmente se dedicando à questão.

Embora a Biblioteconomia não faça parte do escopo específico da presente pesquisa, aqui se fará breve retrospectiva da noção de **Assunto** no seu universo, a fim de se evidenciarem elementos que possam concorrer para o estabelecimento dos fundamentos nos quais a noção de **Assunto** se alicerça.

De acordo com histórico apresentado por Guimarães (2003, p. 105), a partir do século XIX “a Análise Documentária assume uma dimensão mais pragmática e passa a ser vista enquanto produto da aplicação de um conjunto de técnicas, receitas ou regras previamente estabelecidas”.

O autor acrescenta ainda que, nesse contexto, registra-se o sistema de classificação elaborado por Milvel Dewey com o um sistema de classificação adaptável à localização (ou arranjo) dos documentos nas estantes, (EUA, 1876), os princípios – específicos, de uso e sindético – da indexação alfabética de Cutter (EUA, 1976), entre outros⁹.

Na Biblioteconomia, as discussões mais específicas sobre o **Assunto** são apresentadas por Ranganatham a partir de 1930. O autor é um dos precursores da representação do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação. No seu trabalho *Prolegomena to library classification* (1940), ele apresenta os princípios da teoria da classificação e discute os fundamentos da organização de domínios de conhecimento. O autor define **Assunto** como “[...] um corpo de idéias organizadas e sistematizadas, por extensão, que incide de forma coerente no campo de interesse, de competência intelectual e de especialização inevitável de uma pessoa normal” (RANGANATHAN, 1967, p. 92).

Com base em autores como Lancaster (1993), Foskett (1973), Naves (1996, 2004), pode-se dizer que, na Biblioteconomia, a análise ou descrição do conteúdo tem por objetivo explicitar e classificar os **Assuntos**, atribuindo-lhes termos não ambíguos, para traduzi-los em linguagem documentária mais adequada.

Para os autores em tela, a identificação do **Assunto** de documentos é considerada como etapa intelectual, por duas razões principais, conforme exposto a seguir.

A primeira razão é sustentada pelo fato de que a identificação do **Assunto** é um processo realizado a partir de uma leitura técnica do documento, com a finalidade de identificar e elaborar conceitos que traduzem sua “essência”. Segundo Naves (2004), esse processo é conhecido como análise de assunto, análise temática, ou, ainda, análise documentária, análise conceptual ou, mesmo, análise de conteúdo. Para a autora, trata-se de um processo no qual há confusões conceituais, visto que é explicitado por diferentes tipos de concepções. Sua sugestão é que, na determinação do **Assunto**, seja verificado o contexto no qual o documento será inserido e para o qual ele foi adquirido. Segundo ela, os elementos constitutivos do contexto serão fundamentais para o esclarecimento de dúvidas no processo de identificação do assunto nos documentos da Biblioteconomia.

⁹ Acrescenta ainda[...] as propostas de inter-relação de conceitos de Otlet e La Fontaine, por meio da Classificação Decimal Universal (Bélgica, 1895), o sistema de classificação da Biblioteca do Congresso, baseado no princípio de garantia literária (EUA, 1920), as técnicas de indexação coordenada de Monteimer Taube, lançando as bases para a pós-coordenação de conceitos na indexação (EUA, 1953), e os sistemas de indexação por palavra baseados no título, como o KWIC de Hans Luhn (EUA, 1959), dentre outros (GUIMARÃES, 2003, p. 117) .

A segunda razão concerne à evolução das ciências e tecnologias, uma vez que a divisão do conhecimento humano¹⁰ representado nas tabelas de classificação utilizadas pela Biblioteconomia, não dá conta do caráter dinâmico, dos assuntos preestabelecidos¹¹.

À luz do exposto, parece ser possível adiantar que, a exemplo da Arquivística, a Biblioteconomia considera o contexto como elemento pertinente, embora sob perspectivas diferentes. Enquanto na Arquivística o contexto do documento se refere à vinculação do documento ou do conjunto documental com o seu produtor, ou seja, ao contexto de produção do documento, na Biblioteconomia, o contexto refere-se ao ambiente acadêmico ou científico de produção do documento.

Se assim for, parece ser possível dizer também que, nos dois domínios em tela, a categoria “contexto” atende às restrições acadêmicas e profissionais impostas. Em outras palavras, as duas noções de contexto enfeixam conhecimentos e experiências do fazer profissional de cada área.

Independentemente de eventuais fronteiras metodológicas das diferentes áreas de conhecimento contempladas pela Ciência da Informação, tem-se aqui a noção de interdiscursividade¹² para garantir a continuidade da trama da noção de **Assunto** envolvendo a Biblioteconomia e a Arquivística.

Segundo o “Manual Holandês”, os princípios teóricos da Arquivística clássica prescrevem que a ordenação nos arquivos é baseada na cronologia, na geografia e no **assunto** (MÜLLER; FEITH; FRUIN 1940)¹³.

O Manual de Schellenberg (2004) apresenta a classificação funcional, a estrutural e a classificação por **assunto**. As duas primeiras estão presentes em quaisquer circunstâncias do processo de organização em arquivos, todavia a classificação por **Assunto** só norteia a organização de coleções e materiais especiais.

¹⁰ Atualmente, um dos conceitos bastante discutido na área da ciência da informação é o de organização do conhecimento. As formas de representação/organização dos diferentes domínios de conhecimentos, neste caso, vão implicar diretamente os processos de transferência da informação, que hoje estão diretamente ligados à recuperação em meios eletrônicos (CAMPOS; GOMES 2003).

¹¹ As divisões artificiais referem-se às determinações do assunto fornecido pelas tabelas de classificação, porém tais divisões não dão conta de representar o conhecimento humano, pois o conhecimento não é estático. Assim sendo, o **Assunto** na biblioteconomia se caracteriza como uma atividade intelectual de grande complexidade.

¹² Discorrendo sobre interdiscursividade, MAINGUENEAU (1998, p. 55) diz: “O discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros enunciados que são comentados, parodiados, citados etc.

¹³ MÜLLER; FEITH; FRUIN. *Manual of arrangement and description of archives*. New York, 1940. (O original em holandês foi publicado em 1898).

O que se pode constatar é que, no “Manual Holandês”, o **Assunto** faz parte do processo de ordenação e, no Manual de Schellenberg, ele faz parte do processo de classificação. Essa diferença não é tão simples como parece à primeira vista. Para fundamentar esse entendimento, inverte-se aqui a seqüência do tema ordenação¹⁴ e classificação¹⁵.

Na classificação, o **Assunto** é uma das categorias que a constitui. Todavia, conforme aponta a literatura (SCHELLENBERG, 2004; BEARMAN, 1985-1986; LODOLINI, 1991; CRUZ MUNDET, 1997; DUCHEIN, 1977, 1992; entre outros), o **assunto** não tem a mesma legitimidade das categorias **estrutural** e **funcional**¹⁶. Ele aparece como opção, para circunstâncias, por assim dizer, atípicas, como, por exemplo, documentação avulsa, sem evidências suficientemente exaustivas para identificação do fundo.

Na ordenação, o **Assunto** tem, efetivamente, a mesma legitimidade da cronologia e da geografia. Se se considera que a ordenação só se realiza após a classificação, por decorrência, pode-se dizer que ela tem função complementar àquela. Nesse sentido, na ordenação, o **Assunto** exige maior rigor quanto à explicitação do conteúdo do documento, visto atingir maior especificidade, uma vez que a classificação já havia, previamente, dado conta da dimensão funcional.

Para alguns autores, como Bearman (1989) e Lodolini (1991), devido à diversidade de dados, a indexação de **Assunto** em arquivos nem sempre é pertinente¹⁷.

Não obstante as controvérsias quanto à de **Assunto** permear ou não o fazer arquivístico, é importante ressaltar o trabalho de organização arquivística realizado na Austrália, no qual a noção de **Assunto** não se apresenta como categoria formal da organização arquivística, mas integrante do processo de organização dos documentos; a descrição se dá a partir do nível da série e acaba contemplando elementos informacionais que podem, objetivamente, apontar o **Assunto**.

¹⁴ Disposição dos documentos de uma série, a partir de elementos convencionados por sua recuperação. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 56).

¹⁵ Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo; análise e identificação do conteúdo dos documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos; atribuição a documentos, ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica (ARQUIVO NACIONAL, p. 49).

¹⁶ As “classes” do plano de classificação, devem seguir um critério funcional (classes correspondendo estritamente a função) ou estrutural (classes correspondendo a “estrutura” – setores, divisões, departamentos (GONÇALVES, 1998, p. 22).

¹⁷ Para David Bearman (1989, p. 289, “[...] materiais de arquivo não têm assunto. Eles são usados para entender o contexto de criação podendo ser explorados para a informação específica que neles contém. Porém as perspectivas dos usuários estão no contexto de criação **e também em dados contidos nos materiais**” (negrito não consta no original).

Dessa forma, temos como premissa que a organização que parte do nível da série traz consigo o resgate da dimensão do conteúdo do documento arquivístico enquanto critério, o qual, por sua vez, tem no **Assunto** um de seus pontos de acesso.

Na Austrália, o Sistema Record Keeping contempla a organização dos documentos do governo australiano, que não ocorre no nível do fundo, o que é prática nos arquivos governamentais daquele país. O maior nível de descrição se dá a partir do nível da série, a qual inclui referências às entidades de proveniência, no caso, as agências do governo que tiveram relação direta com as séries descritas.

Na teia da comparação, é importante observar que o trabalho de organização arquivística australiano é diferente do proposto pela norma ISAD (G)¹⁸. Esta estabelece como princípio de descrição documental, iniciar do geral para o particular; entretanto, no caso específico da Austrália, a norma diz que é possível se construírem descrições em nível de fundo,¹⁹ a partir das descrições de série e das agências do governo que formam a base do “sistema de série” australiano e, para tanto, apresenta a descrição de um fundo pessoal e de uma de suas séries (ISAD) (G), p. 70-73 (Anexo 1).

Cook (apud BELLOTTO 1997) diz que, de acordo com o raciocínio do australiano Peter Scott, apresentado no Congresso de Pequim, observa-se uma defasagem entre os princípios teóricos arquivísticos e as finalidades das administrações mono-hierárquicas.

No caso da Arquivística australiana, a construção do sistema de arquivos do governo atém-se mais às múltiplas inter-relações contextuais entre documento/produtor/funções. Nesse processo, o fato de o trabalho arquivístico partir do nível da série e, por conseguinte, contemplar aspectos informativos mais detalhados e rigorosos, acaba alcançando o âmbito do conteúdo do documento.

Dessa forma, parece ser possível dizer que, “de direito”, o **Assunto** não está legitimado na Arquivística australiana, mas, de fato, está instituído no fazer arquivístico daquele país. Uma das evidências que fundamentam esse entendimento concerne à importância que a

¹⁸ Norma Internacional de Descrição Arquivística elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que se constitui de um conjunto de regras gerais que fazem parte de um processo que visa: assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; facilitar a recuperação e a troca de informação sobre material arquivístico; possibilitar a partilha de dados de autoridade; tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação.

¹⁹ Unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade. Fundo aberto - ao qual são sistematicamente acrescentados novos documentos. Fundo fechado - ao qual não são acrescentados novos documentos, em virtude da supressão da unidade documental (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA 1996, p. 40-41).

Aquivística australiana dá para os elementos **produtor e função**. Em outras palavras, produtor e função, esta última com maior grau de adesão, apontam para o processo de identificação de **Assunto** entre outros pontos de acesso que constituem o conteúdo do documento.

O acesso aos documentos é feito através de formulários (Anexo 2) disponíveis no “site” do Recorkeeping (www.naa.gov.au). De acordo com a legislação da Austrália, os documentos do governo têm prazo de prescrição de 30 anos, o que pressupõe reflexo no prazo de retenção, tendo em vista o acesso ao público. Os documentos que já cumpriram esse prazo são disponibilizados para o público no ato da solicitação.

As novas perspectivas da Arquivística, no Canadá (apresentadas no capítulo 2) e na Austrália, encontram-se, na atualidade, como objeto de observação de pesquisadores de vários países, uma vez que, apesar de não romperem com a tradição, apresentam metodologias inovadoras, que têm respondido com maior eficiência às necessidades informacionais das organizações e dos demais cidadãos. Entende-se que as novas perspectivas, tanto da Arquivística canadense quanto da australiana, aqui apresentadas, caminham ao lado do princípio da proveniência e do respeito aos fundos. Mesmo no caso da Austrália, no qual o maior nível de descrição se dá a partir da série, pode-se reconstituir e identificar o fundo a partir das suas descrições, de acordo com o exemplo fornecido na norma ISAD(G).

À luz do exposto, pode-se dizer que o Assunto, embora sem um consenso no nível conceitual, está inserido no fazer arquivístico. Como mostra a literatura em pauta, o grande desafio da pesquisa sobre o Assunto em arquivos é delimitar o seu escopo semântico, ou seja, as significações que ele abarca e o seu escopo metodológico, relativamente à noção corolária, Função.

Se a questão Assunto assim se coloca, vale analisar como ela é abordada no decorrer do fazer arquivístico, notadamente em duas atividades específicas da organização de documentos arquivísticos: a classificação e a descrição.

3.3 CONTRIBUIÇÕES DA CLASSIFICAÇÃO E DA DESCRIÇÃO PARA O ESTUDO DO ASSUNTO EM ARQUIVOS

Como se verá a seguir, a classificação e a descrição de documentos são atividades arquivísticas que contribuem para um maior esclarecimento da noção de Assunto.

Nesse contexto, vale ressaltar que, diferentemente da Biblioteconomia, em que a classificação e a indexação são etapas distintas e, além disso, podem ser realizadas por pessoas diferentes, na Arquivística, esse trabalho ocorre de modo simultâneo. Já a descrição é a atividade que irá permitir a recuperação de documentos e/ou informações do arquivo, nesse processo pode-se inserir o Assunto como um elemento de recuperação.

Inicialmente, cabe abordar o contexto da classificação arquivística, processo que, para alguns autores, como Gonçalves, (1998), Tessitore (1989), Heredia Herrera (1995) e Ribeiro (2003), contempla a identificação de evidências, o que, por sua vez, abarca o âmbito teórico da noção de função. Nesse processo, entra em cena a noção de Assunto, visto que, com base no pensamento dos autores em tela, pode-se dizer que, em termos metodológicos, a conceptualização da noção de Assunto dependerá da sua diferenciação da noção de função.

A classificação dos fundos documentais nos arquivos segue princípios teóricos já consolidados na Arquivística. Assim, considerando o princípio da proveniência dos documentos, elabora-se o Quadro de Arranjo ou Plano de Classificação, onde cada fundo é sistematizado por meio de suas Seções, Grupos e Séries, materializando-se no retrato da estrutura, das funções e das atividades desenvolvidas pela organização administrativa.

Schellenberg (2004) aborda a classificação dos fundos em três categorias: funcional, estrutural e por assunto. De acordo com o autor, a classificação funcional tem por objetivo dar visibilidade às funções e às atividades do produtor do arquivo, demonstrando a relação de um documento com outro. A estrutural dá visibilidade à estrutura administrativa hierárquica. Quanto ao Assunto, o autor admite que, em casos especiais, se abram exceções, por exemplo, para coleções e demais materiais especiais.

O objetivo da classificação é, portanto, resgatar a função e a atividade desenvolvida pelo produtor do arquivo, deixando em evidência as relações de um documento com outro. É um procedimento de orientação lógica, a partir da consideração da gênese

documental, ou seja, da ordem de produção do documento. A classificação funcional envolve pesquisa sobre a estrutura administrativa; nos arquivos permanentes, pesquisa-se também a história do arquivo em questão, a fim de possibilitar ao arquivista a aquisição de conhecimento da administração à qual pertencem os conjuntos documentais.

Ao discorrer sobre a eficiência dos métodos em questão, Gonçalves (1998, p. 23) diz: “A questão da opção preferencial pela classificação funcional ou estrutural é polêmica e parece muito longe de qualquer consenso”. Para a autora (p. 21), no processo de organização de documentos de arquivos, o “[...] conjunto de funções detectadas envolverá necessariamente, atividades que devem cumprir de forma direta (atividade-fim), bem como atividades que lhe servem como suporte (atividade-meio)”.

A abordagem dessa autora identifica, através da função e da atividade, as subordinações internas da organização. Esse entendimento aponta para a elaboração do Quadro de Arranjo, pois o encaminhamento da identificação da função do documento permite estabelecer o contínuo “fundo, grupo, série, sub-série”. Nesse processo, a função constitui-se também como fonte para a identificação do conteúdo do documento arquivístico.

As considerações recém-expostas não têm o objetivo de analisar os procedimentos metodológicos de organização de arquivos nem tampouco de questioná-los, mas propor um campo epistemológico capaz de abrigar uma discussão sobre a pertinência da distinção entre função e assunto, em arquivos. Acredita-se que essas considerações poderão concorrer para o processo de instituição e legitimação das noções em pauta, contribuindo também para dirimir possibilidades de confusão na literatura arquivística.

A função do documento é suficientemente instituída na literatura arquivística, porque é o elemento que permite identificar o valor do documento e a série documental, dando visibilidade às atividades desenvolvidas pelo produtor do arquivo e à relação de um documento com outro.

Segundo Tessitore (1989), é preciso fazer distinção entre assunto e função. Para ela, o Assunto refere-se às divisões artificiais,²⁰ ligadas às áreas de conhecimento humano, sendo que as suas atividades são as matérias de que tratam os documentos. A função refere-se às atribuições próprias ou naturais de uma instituição ou pessoa (para que se cumpra o fim para o

²⁰ As “divisões artificiais” referem-se às determinações fornecidas pelas tabelas de classificação; porém tais divisões não dão conta de representar o conhecimento humano, pois o conhecimento não é estático. Nesse sentido, há de se ressaltar que, a rigor toda divisão é, por definição, artificial, atribuída ao homem, sendo impossível pegar-se em “divisões naturais”

qual o documento foi criado), de tal forma que os tipos documentais são estreitamente ligados a elas. A função é também entendida como elemento fundamental na elaboração da estrutura orgânico-funcional, a qual poderá fornecer informações que permitirão, entre outras coisas, a reconstituição histórica da documentação. Por outro lado, o Assunto é o elemento que fornece acesso pontual; portanto Assunto é uma atividade complementar, na metalinguagem da área.

Pertinente ainda é analisar a questão da descrição arquivística, cujo objetivo é identificar e explicitar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo, a fim de promover o acesso a eles.

Na descrição documental, os campos essenciais a serem descritos são: fundo, grupo, subgrupo, série, datas-limite. Igualmente, pode-se acrescentar o Assunto a tal contexto, o que pode representar uma atividade complementar na organização em arquivos.

O trabalho de descrição arquivística constitui-se de pesquisa, leitura do documento, resumo, indexação e elaboração de produtos (catálogos, índices, inventários, banco de dados etc.), que permitem ao usuário a recuperação do documento. No sentido inverso, pelos “produtos”, o usuário tem acesso aos documentos ou às informações.

Para Heredia Herrera (1995), a descrição é um dispositivo eficiente para facilitar a localização do documento pelo usuário. Segundo ela,

[...] a descrição é a análise realizada pelos arquivistas sobre os fundos e os documentos agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação neles contidas para oferecer aos interessados. Equivale a dar ao documento de arquivo ou seus agrupamentos suas senhas de identidade, aqueles sinais que o identifiquem com precisão (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 300).

Os campos descritivos dos documentos apontam vários pontos de acesso²¹, os quais auxiliam a identificação do Assunto em arquivos. Além dos campos que compõem a descrição documental para análise dos documentos, há outras fontes, outras indicialidades, tais como: tipo diplomático, tipo jurídico, conteúdo, e elementos internos e externos (esses dois últimos abordados no capítulo 2), que concorrem para a identificação dos pontos de acesso, que, por sua vez, subsidiam a identificação do Assunto.

²¹ O verbete do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL 2004, p. 124), traz o seguinte significado para pontos de acesso: "Elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos".

Heredia Herrera (1995, p. 300) acredita que “o processo de análise dos documentos de arquivo ou de suas agrupações materializadas na representação permite sua identificação e localização, e a recuperação de sua informação para a gestão ou a pesquisa”. Segundo a autora, a descrição é necessária no arquivo administrativo e também no histórico, apresentando especificidade quanto à sua prática. Ela chama a atenção também para a especificidade da descrição, na Arquivologia e na Biblioteconomia.

A descrição, que é a análise documental, não pode se tornar uma tarefa genérica para arquivistas, bibliotecários e documentalistas. É uma maneira de fazer concreta, que exige uma denominação específica e um método também especializado, diferente, porque diferentes são os documentos de arquivo, dos livros e dos denominados documentos científicos (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 300).

Como se pode constatar, Heredia Herrera (1995) e Ribeiro (2003) propõem níveis hierárquicos de descrição dentro dos arquivos e, dessa forma, estabelecem os níveis que irão corresponder à estrutura arquivística. Para as autoras, primeiramente deve-se determinar os níveis descritivos e as agrupações documentais, após o que faz-se a indexação, e a partir da agrupações é que se determina o Assunto.

No caso da utilização dos níveis, “a descrição fica condicionada aos diferentes níveis de informação que oferecem os documentos agrupados de uma forma natural e que dão respostas às necessidades dos usuários” (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 302). A autora é de opinião que se mantenha a ordem natural de produção dos documentos, a fim de preservar os contextos de origem.

Os procedimentos de descrição propostos pela autora atendem às prescrições do item 3.3 da ISAD (G): âmbito e conteúdo – âmbito (como período de tempo e localização geográfica) e conteúdo (como formas dos documentos, assunto, processos administrativos) da unidade de descrição.

Com base no dispositivo teórico da autora, pode-se dizer que, na Arquivística, a noção de **Assunto** faz parte da recuperação orgânico-funcional, vinculando-se também ao contexto documental. Todavia, fica o consenso de que, se o Assunto for investigado fora do âmbito das agrupações documentais, ele não terá, por si só, elementos para resgatar o contexto e

a proveniência do fundo. Nesse sentido, ao Assunto cabe o estatuto de elemento complementar do processo de organização em arquivos permanentes.

Aos níveis de descrição, cabem as funções de prover o arquivista com mecanismos capazes de direcionar a elaboração de um método de trabalho e responder os múltiplos tipos de informações eventualmente requeridas pelo pesquisador.

Segundo Heredia Herrera (1995, p. 305), “[...] estes níveis guardam uma relação estreita com as agrupações documentais, estabelecendo um paralelismo entre ambos. Esta relação não é outra coisa que a consequência do objeto da descrição são as agrupações documentais”. As agrupações estabelecidas pela autora dividem-se em três partes:

- arquivo, fundo, seção de fundo, seção histórica de arquivo;
- séries documentais;
- peças singulares, unidades arquivísticas.

O entendimento de Heredia Herrera é que a descrição aplicada a cada uma dessas três partes determinará um nível de profundidade de análise em relação à natureza das agrupações que se descrevem. Assim, descreve-se, no primeiro nível, um fundo; no segundo, cada uma das suas séries, que podem integrar qualquer fundo e/ou seção de fundo; e, no terceiro, descrevem-se os documentos simples ou compostos. Essas três partes obedecem a uma escala hierárquica, de maior a menor: fundo, seção, série e unidade documental.

O produto obtido com a descrição se materializará em um instrumento específico, [...] “estando assim estabelecida a equivalência entre níveis de descrição, agrupações documentais e instrumentos de descrição” (HEREDIA HERRERA, 1995, p. 306). O quadro abaixo fornece uma organização mais clara do dispositivo teórico de Heredia Herrera.

Nível	Agrupações Documentais	Instrumento De Descrição
I	Arquivo, Fundo, Seção de fundo, Seção de arquivo	Guias
II	Séries documentais	Inventário
III	Peças documentais	Catálogo
IV		Índice

Os níveis de análise arquivística defendidos por Heredia Herrera (1995) e Ribeiro (2003) necessitam de maiores discussões, porém o dispositivo teórico das autoras pode ser considerado como um avanço no processo de concepção da noção de **Assunto**, e, por conseguinte, pode concorrer para sua legitimação na literatura arquivística. Nesse escopo, a

noção de **Assunto** é entendida como um elemento complementar, conforme já dito, e não como elemento com a função de substituição do método orgânico-funcional.

Retomando a importância dos pontos de acesso, eles são fundamentais para subsidiar a identificação do Assunto, que pode constituir um meio de acesso pontual, ou seja, mais específico no âmbito dos conteúdos que o documento aponta.

Em relação aos pontos de acesso, os quais estão inseridos no conteúdo do documento arquivístico, Ribeiro (2003) diz que, de modo geral, eles são incluídos nos instrumentos de pesquisa, formando unidades de descrição, mas também podem surgir associados a elementos descritivos, fazendo referência direta à informação (é o caso dos índices em que os pontos de acesso não estão inseridos num contexto). A autora acredita que, para abordar pontos de acesso, é necessário se ter noção dos elementos informacionais que podem constituir-se como seu objeto. No caso, pode-se considerar como passíveis de constituírem ponto de acesso elementos informacionais, tais como: nomes próprios (de pessoas, individuais ou coletivas, de objetos, de acontecimentos, geográficos), datas, números e conceitos concretos ou abstratos.

A variedade de elementos informacionais pode dar origem a pontos de acesso de tipos diferentes. Ribeiro (2003, p. 685) caracteriza dois tipos de pontos de acesso: o primeiro refere-se aos dados de identificação das unidades arquivísticas, como título, nome (do arquivo, de pessoa, de locais, etc.), tipologia documental e rubricas da classificação orgânico-funcional; o segundo refere-se ao tema, que é representado por termos de indexação, podendo variar na sua forma, de acordo com a linguagem de indexação adotada.

Como se pode constatar, um dos pontos de acesso estabelecido por Ribeiro entra no domínio do **Assunto**, tendo em vista que o estabelecimento do conteúdo temático de um documento pressupõe leitura, compreensão e construção de proposição(ões) que, de certo modo, sintetizar(am) o teor do conteúdo do documento. Se assim for, em Ribeiro, o **Assunto** é contemplado, isto é, identificado, se não plenamente, pelo menos parcialmente, por meio dos pontos de acesso.

Como mostra a literatura até aqui revisada, a multidimensionalidade da noção de **Assunto** na literatura pode ser respaldada pelos diferentes pontos de vista dos autores pertinentes. Lytle (apud HUTCHINSON 1998, p. 95), expõe que:

[...] na literatura arquivística há uma confusão na determinação do conceito assunto, freqüentemente entendido que assunto são: florestas, jogos de futebol, vias férreas, gerais, ou arranha-céu. Na realidade, entidades nomeadas específicas, inclusive pessoas particulares, organizações, agências governamentais, lugares geográficos, e eventos não são assunto e sim tópico genérico.

O que para Ribeiro (2003) é ponto de acesso (título, nome de pessoa, locais etc.) e para Lytle (apud HUTCHINSON, 1998, p. 95) é tópico genérico pode, por sua vez, esconder aquilo que para Dooley (1992 HUTCHINSON, 1998, p. 95) é **Assunto**. Esta questão será abordada novamente no próximo item.

O conteúdo do documento arquivístico, o segundo tipo de ponto de acesso identificado por Ribeiro (2003), é estabelecido num âmbito mais abrangente do documento “convencional” e dos documentos da Biblioteconomia, pois, além dos elementos informativos, ele considera os elementos funcionais e o contexto. A noção de **Assunto** nos arquivos se estabelece no conteúdo (funcional e informativo) e no contexto do documento arquivístico.

Essa relação é estabelecida devido ao fato de a determinação do **Assunto** ocorrer no processo de descrição, de modo que o **Assunto** fica submetido ao arranjo. Esse procedimento vincula o **Assunto** tanto ao conteúdo funcional, quanto ao informacional e ao contexto, estabelecendo uma relação “simultânea”, que é uma das características na organização em arquivos.

Devido à necessidade de exaustividade de identificação de pontos de acesso, o **Assunto** acaba emergindo desse processo. Com efeito, o arquivo pode oferecer informação arquivística também pelo **Assunto**.

À vista de tais elementos teóricos, cumpre agora analisar como as questões conceituais sobre o assunto na Arquivística puderam ser tratadas academicamente no âmbito do único evento institucional que a elas especificamente se dedica o, “*I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*”.

4 “*I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO*”: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DA NOÇÃO DE ASSUNTO EM ARQUIVOS

Como aponta o título do capítulo 3, o **Assunto** abarcado pelos autores revisados é de natureza multidimensional. É como se o **Assunto** fosse um objeto multifacetado que à luz do olhar de diferentes observadores, mostrasse diferentes nuances de significados. São dados ao **Assunto** diferentes níveis de pertinência técnica e, por conseguinte, de legitimidade teórica.

É interessante observar que existe, por parte dos autores, uma certa timidez com relação ao comprometimento com o **Assunto** em seus modelos teóricos. Schellenberg (2004), por exemplo, ressalta que **Assunto** não tem a mesma legitimidade das categorias estrutural e funcional (conforme já exposto), mas concorda que o **Assunto** entra em cena quando é, dada uma circunstância de classificação de documentos, em que o arquivista não tem elementos suficientes para a identificação do fundo.

Para Bearman (1989) e Lodolini (1981), o **Assunto** não teria pertinência porque, para eles, a função dos arquivos não é fornecer informação pontual. Todavia esses autores entendem que é parte do trabalho de arquivo contemplar informação contextual, porquanto, por uma questão de natureza ontológica, no que diz respeito à linguagem, à descrição do contexto de um documento, poderá apontar dados que eventualmente estejam relacionados ao **Assunto**. Nessa linha de pensamento, é pertinente retomar o consenso dos autores quanto à possibilidade de pesquisadores requisitarem dados específicos do documento.

Viu-se, ainda, que autores, como Golçalves (1998), Tessitore (1989), Heredia Herrera (1995), Fernanda Ribeiro (2003), colocam a noção de **Assunto** em estado de “constituição”. Heredia Herrera (1995), por exemplo, entende que o **Assunto** está conectado aos níveis descritivos do fundo, exercendo função complementar no processo de organização de documentos em arquivos.

Ousa-se dizer que o terceiro capítulo constitui uma cadeia na qual a noção de **Assunto** se apresenta em diferentes níveis de elevação, ora mais baixo ou mais alto, mas sempre marcada.

Isso posto, pretende-se dar continuidade à seqüência erigida pelo capítulo 3, com outras palavras, outros pontos de vista que constituem o evento supracitado, o qual se constitui na primeira oportunidade em que a comunidade arquivística debruçou-se especificamente sobre a questão do assunto.

Para tanto, o capítulo segue os passos metodológicos abaixo expostos:

- Caracterização do evento (item 4.1).
- Análise e Discussão dos Dados (item 4.2).
- Elaboração de fichas (em apêndice), contendo todas as citações dos textos dos autores nas quais a noção de **Assunto** está inserida e elaboração de fichas de proposições com o(s) autor(es) que a respalda(m) o (item 4.3). Estão constituídas pelos seguintes campos: **fonte**, que indica os nomes dos autores analisados, com as respectivas datas de publicação; **citação original**, que apresenta as palavras textuais dos autores acerca de temática analisada; **a proposição** propriamente dita, que é resultante da interpretação das citações originais (elaboraram-se fichas separadas, devido ao fato de ocorrerem casos em que vários autores partilham da mesma opinião).
- Detalhamento, sob uma perspectiva mais interpretativa, cujos trabalhos concorrem para constituição da noção de **Assunto**. Ter-se-á aqui a devida prudência quanto às delimitações da noção de **Assunto** estabelecidas nas comunicações, embora nenhum discurso seja neutro. Nesse item (4.3), toma-se o cuidado de não avançar as fronteiras dos “cortes metodológicos” subjacentes aos textos dos autores, buscando a abordagem do conceito de **Assunto**.

4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO EVENTO

Em 1998, realiza-se na cidade de Pisa, na Itália, um evento, sob o título de *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*, com o objetivo de discutir questões relativas ao tratamento de conteúdo dos documentos em arquivos. No passado, o evento poderia ser considerado pela comunidade arquivística como uma afronta aos fundamentos da área, mas, hoje, pode ser considerado um referencial para o estudo da noção de

Assunto em arquivos. Outro objetivo do evento foi estimular o meio arquivístico para um diálogo internacional sobre a viabilidade da instituição da noção de **Assunto** na literatura arquivística.

Os textos publicados nos Anais²² respaldam a proposição de que o tema **Assunto** ainda provoca divisão, uma fronteira no campo acadêmico da Arquivística, mas já representa uma mudança ou, por que não dizer, uma implementação de paradigma, no sentido de reconhecer e legitimar o uso coletivo do arquivo como patrimônio social.

Além dos Anais, com a publicação de trabalhos que defendem a instituição da noção de **Assunto** em arquivos, o evento abriu espaço para a elaboração de uma Resolução (apresentada no final deste capítulo) que, discutida pelo grupo de arquivistas então presentes, dispõe sobre os princípios fundamentais que devem nortear o uso da noção de **Assunto** na Arquivística.

A resolução, publicada em apêndice nos Anais, foi assinada por um grupo²³ de arquivistas presentes e constitui um ponto de partida para a legitimação da noção de **Assunto** como área de investigação na Arquivística.

Os temas tratados no evento representaram um limiar acadêmico-ciêntífico para a inserção e, por conseguinte, para a legitimação da noção de **Assunto** na literatura arquivística. Nessa perspectiva, oferecem a possibilidade de superar antigos preconceitos e entender o que o termo **Assunto** significa para a arquivística. Nessa publicação está a convicção de que o tema

²² Lorenza Godani (Itália) – *La soggettazione negli archivi: valutazione di una esperienza italiana*; Monica Pierulivo (Itália) – *I “soggetti” come strumenti di ricerca per la documentazione locale nelle biblioteche e negli archivi: proposte e riflessioni*; Roberto Cerri (Itália) – *Accesso agli archivi anche per voci di soggetto*; Michele Giordano (Itália) – *Il progetto Civita. La realizzazione di un indice delle istituzioni lombarde: scelte operative e soluzioni tecniche*; Marisa Brogi (Itália) – *Il sistema degli indici messi in uso dagli archivisti lucchesi*; Francesca Klein (Itália) – *Construzione di un Authority file delle istituzioni fiorentine del periodo repubblicano*; Fernanda Ribeiro (Portugal) – *Subject indexing in archives: theoretical and practical considerations*; Tim Hutchinson (Estados Unidos) – *Archival access points: subjects and beyond. The North American experience*; Janet Foster (Inglaterra) – *Subject indexing in the British Archives*; Massimo Rolle (Itália) – *Una biblioteca di una istituzione regionale ed il suo thesaurus*.

²³ Marco Bologna - docente de Arquivística da Universidade de Estudo Milano (Itália); Marina Brogi - Arquivo do Estado de Lucca (Itália); Paola Casanova - Cooperativa da Memória Histórica, Cagliari (Itália); Carla Ceresa - Fundação Museu do Cinema de Torino e Fundação Camilo Cavour (Itália); Roberto Cerri – Arquivo Histórico Municipal de San Miniato (Itália); Riccardo Domenichini, Arquivo Projeto, Veneza (Itália); Janet Foster – Consultora arquivística, Londres (Inglaterra); Massimiliano Grandi - Arquivista profissional liberal; Sara Guiati - Arquivista profissional liberal; Tim Hutchinson Universidade de Saskatchewan (Canadá); Valeria Mosca - Fundação C. Donat-Catin, Torino (Itália); Susanna Naitza – Cooperativa da Memória Histórica, Cagliari (Itália); Sauro Orsini – Comissão Européia, Bruxelas (Bélgica); Monica Pierulivo – Arquivo Histórico Municipal de San Miniato (Itália); Elena Polidori – Cooperativa Bes. Viterbo (Itália); Fernanda Ribeiro – Arquivo Municipal do Porto (Portugal); Gabriela Serratrice – Regione Piemonte (Itália); Daniela Siccardi – Fundação C. Donat-Catin, Torino (Itália); Maria Teresa Sulis – Cooperativa la Memoria Histórica, Cagliari (Itália).

Assunto em arquivos é, ainda hoje, uma questão investigativa de fronteira arquivística, contudo representa um ato estratégico no sentido de fornecer o acesso pontual para a informação e de fazer do arquivo um patrimônio utilizável pela coletividade acadêmica e social, no sentido mais amplo do termo.

Os primeiros dispositivos da Resolução definem a aplicação da indexação para **Assunto** como parte da atividade profissional na Arquivística. No caso, o consenso é que o **Assunto** deve ser integrado ao processo de descrição arquivística do material, mas não deve ser aplicável à reestruturação histórica institucional e física dos documentos. Com efeito, a noção de **Assunto**, em arquivos, é entendida como recurso que poderá facilitar o trabalho de pesquisadores e multiplicar as possibilidades de acesso aos documentos.

É pertinente observar que as abordagens do evento são resultantes de experiências relativas ao fazer arquivístico, interpretado por pesquisadores de diferentes países.

Não se pode deixar de ressaltar que, no evento, a noção de **Assunto** foi muitas vezes contextualizada por reflexões sobre processos de identificação e representação do **Assunto**, como, por exemplo, a indexação.

No que concerne à noção de **Assunto** propriamente dita, os trabalhos oferecem subsídios, a maioria de natureza prática, para construção do entendimento de que, no contínuo da recuperação orgânico-funcional (fundo, grupo, série), o **Assunto** se apresenta como evidência complementar e, por conseguinte, com maior potencialidade para atender os diferentes tipos de demanda de pesquisadores (acadêmicos e cidadãos).

Desse modo apresenta-se, a seguir, uma síntese das abordagens desenvolvidas pelos autores, no evento.

Roberto Cerri (1998) - Em *Accesso agli archivi per voci di soggetto*, ao discutir problemas relacionados aos princípios da área, como, por exemplo, a insuficiência de especificação de dados, propõe melhorias, tais como: correções e acréscimo de critérios mais eficientes na lista de autoridade, e a adoção de **Assunto** em arquivo. Para o autor, a importância do **Assunto** é assegurada pela necessidade do usuário, principalmente do pesquisador, cujo interesse por um documento pode ser oriundo de diferentes domínios dos saber (social, histórico, lingüístico, etnográfico, entre outros). Apresenta uma discussão teórica, na qual estabelece algumas premissas essenciais na pesquisa por **Assunto**, quando do atendimento às necessidades de

informação dos usuários. Ressalta o autor a necessidade de se estabelecer o **Assunto** no processo de descrição, estando, portanto, submetido ao arranjo do arquivo.

Tim Hutchinson (1998) – O *Archival access points: subjects and beyond. The North American experience* defende que a organização de materiais em arquivos deve ser orientada pelo princípio da proveniência, por constituir um modo mais amplo de viabilizar acesso aos documentos. O autor entende que essa metodologia pode ser concomitante à organização de arquivos por **Assunto**, podendo, dessa forma, oferecer acesso mais pontual para o usuário. Respalda o seu entendimento no clássico estudo de Lytle (1980), no qual ele sugere a combinação de acesso orientado por indicações oriundas da proveniência e do **Assunto**. Hutchinson (1998) também faz referência ao trabalho de David Bearman (1989), segundo o qual os arquivistas devem incluir informações e proveniência, como recurso para a constituição de pontos de acesso ao documento arquivístico.

Lorenza Godani (1998) – Em *La soggettazione negli archivi: valutazione di un esperienza italiana*, a autora relata a sua experiência e também apresenta uma abordagem teórica, concentrando-se no exame da literatura específica (quase exclusivamente anglo-americana, com exceção do trabalho de Fernanda Ribeiro, referente ao arquivo do Porto). A autora constata que não somente já estavam avançadas propostas no plano metodológico mas também na parte de projetos de indexação de **Assunto** em arquivos, seja sobre ampla escala (isto é, em arquivos inteiros), seja em seções particulares (como coleção).

Mônica Pierulivo (1998) - O I *“soggetti” come strumenti di ricerca per la documentazione locale nelle biblioteche e negli archivi: proposte e riflessioni* propõe a utilização de uma ferramenta para o tratamento do **Assunto** em arquivos, desenvolvido pelo GRIS. Essa ferramenta é constituída de critérios lógicos para indexação alfabética e já foi aplicada por Lorenza Godani para **Assunto** na documentação do Fundo de SS. Annunziata (1531-1784). A ferramenta se apresenta como referência para indexação de assunto, com possibilidade de aplicação para diferentes tipos de materiais, possibilitando, dessa forma, conter todos os elementos essenciais para a identificação do **Assunto**. O objetivo da autora é propor e diversificar os pontos de acesso, para facilitar a completa e complexa utilização dos documentos.

Michele Giordano (1998) - Em *Il progrtto Civita. La realizzazione di un indice delle istituzioni Lombarde: scelle operative e soluzioni tecniche*, diz buscar no trabalho de Roberto Grassi a idéia seminal para a elaboração de um índice automático de **Assunto**. Segundo Giordano, o sistema de indexação PRECIS nasce na era do computador (início dos anos 80) e faz dele um instrumental significativo, embora não exclusivo, para a elaboração de índices. O projeto do autor consiste em apanhar notícias breves ao redor de todas as instituições que tinham operado em Lombarde entre os séculos XIV e XIX, das cidades medianas até a unidade da Itália, com o propósito de reconstituir o tecido político e administrativo dessa região. Seu objetivo é construir um sistema índice automático, e organizado por ordem alfabética, utilizando O PRECIS como ferremanta.

Marina Brogi (1998) - Em *Il sistema degli messi in uso dagli archivisti lucchesi*, apresenta o sistema de índices no âmbito da tradição arquivística de Lucca que, segundo ela, responde ao menos a uma dupla intenção, uma geral e outra mais específica. A intenção (específica) foi de observar quanto e como foi para implantar um projeto de consulta *on line* dos inventários de Lucca editados, dos quais os índices existentes fornecem uma chave de pesquisa pré-constituída de utilização cotidiana de mais de 100 anos. A intenção geral, ao ilustrar o *corpus* de índices de Lucca, consiste em querer mostrar aos interessados uma já sedimentada bagagem de experiências no campo da indexação arquivística e fornecer assim material como base concreta de reflexão e confronto no debate sobre as problemáticas ligadas à criação de idôneos “pontos de acesso” para a pesquisa em arquivo.

Frascesca Klein (1998) - *Costruzione di un Authority file delle istituzioni fiorentine del periodo repubblicano*. A autora tem por objetivo criar um modelo de controle de autoridade para as instituições de cidades florentinas. O modelo apresentado por ela procura reconstruir a história das instituições dentro dos contextos territoriais, considerando, principalmente, assuntos institucionais contidos na documentação. Propõe algumas considerações em torno dos significados e das modalidades da construção de uma base de dados dos institutos produtores de arquivo na Republica Florentina, de 1300-1400, estruturada em forma de lista de autoridade, na qual a cada instituição produtora venha associada uma nota histórica, específicos extremos

cronológicos, notícias sobre as funções desenvolvidas e links a outras entidades e aos fundos ou às séries documentárias que a determinam.

Fernanda Ribeiro (1998) - *Subject indexing in archives: theoretical and practical considerations* apresenta uma experiência de ordem prática do uso do **Assunto** em arquivos. O trabalho de Ribeiro foi desenvolvido no Arquivo Histórico Municipal da cidade de Porto. Primeiramente, a autora diz que os principais processos técnicos em organização de arquivos são: arranjo, descrição e indexação. Diz que o arranjo fornece uma representação formal da estrutura e das funções de qualquer arquivo e tem sua materialização através do esquema de classificação. A descrição dá uma representação do arquivo (ou partes dele) baseada naqueles elementos de dados que identificam as unidades de arquivo a serem consideradas. Para a autora, os **Assuntos** são de um tipo específico de pontos de acesso e eles são produtos de uma operação técnica, chamada “indexação de assunto”.

Janet Foster (1998) - *Subject indexing in the British Archives*. A autora discute os requisitos para a indexação de assunto no nível de coleção, assim como as implicações de tempo da equipe e a produção de um padrão. A autora é de opinião que o Sistema de Títulos de Assuntos da Biblioteca do Congresso não pode ser adotado por arquivos; justifica ser esta muito ampla, uma vez que o assunto nos arquivos é bastante específico. A conclusão principal de Foster é que uma lista especializada padrão, de termos de Assunto para indexação de arquivos, é praticável, tanto quanto é claramente entendida que é para o uso do nível de coleção e não há a intenção de substituir, mas a de suplantar sistemas existentes, assim como fornecer um ponto de partida para os desejos de desenvolver um sistema. Tal padrão ofereceria um caminho de caracterização para a coleção em um contexto de Assunto, indicando os elementos de assuntos significantes de uma coleção. A seção final do relatório de Foster faz algumas recomendações tanto para a estrutura quanto para o conteúdo, para a elaboração da lista pretendida.

Massimo Rolle²⁴ (1998) – Em *Una biblioteca di una istituzione regionale e il suo thesaurus*, começa explicando o porquê, no intento de um seminário Assunto em arquivos, de uma

²⁴ O autor Massimo Rolle (1998), cujo trabalho foi apresentado no evento em tela, não faz parte das discussões do próximo item por não abordar conteúdos pertinentes ao objetivo do presente trabalho.

comunicação sobre uma experiência de construção de um Thesaurus em uma biblioteca de documentação administrativa. Segundo ele, para sustentar duas teses. A primeira, porque somente um aparato de controle terminológico “forte” e estruturado consente em indexar de modo coerente tanto livros quanto documentos de arquivo, tanto unidades documentárias de papel quanto recursos documentários e informações eletrônicas e virtuais. A segunda, porque a construção de um Thesaurus no decorrer do curso, de uma atividade normal de indexação, é uma coisa seguramente difícil e longa, mas certamente factível, não excessivamente custosa e profissionalmente gratificante. Apresenta a experiência de construção do *Thesaurus Regional Toscano*. A Biblioteca da Junta Regional é uma estrutura de documentação jurídica administrativa interna da região Toscana, que adquire, cataloga e torna usufruível o material documentário de qualquer tipo necessário aos escritórios regionais e os produzidos pelos mesmos.

Refletindo as discussões desenvolvidas ao longo do evento, e dado a especificidade do mesmo, foi possível, aos participantes, chegar a um documento que refletisse pontos convergentes sobre a questão do Assunto na arquivística, como se verifica nos itens a seguir.

- 1) a indexação por assunto da documentação arquivística pertence às atividades da profissão e é unida à descrição e à pesquisa;
- 2) a indexação por assunto do material arquivístico pressupõe a organização e inventariação; não se aplica aos processo de reorganização histórico-institucional do material nem à reorganização física dos documentos;
- 3) o objetivo principal do cabeçalho de assunto é facilitar a pesquisa;
- 4) a utilização do cabeçalho de assunto não é obrigatório e não deve ser aplicada indiscriminadamente a todos os fundos arquivísticos, não entra, nas atividades que aferem as decisões de gestão de cada instituição arquivística e é funcional aos objetivos e aos recursos de cada entidade;

5) também nos arquivos italianos (e internacionais) no passado e no presente, são aplicadas formas de “indexação por assunto”. Tais iniciativas resultam, entretanto, em uma primeira análise, de visões absolutamente diferentes uma das outras e privadas de uniformidade metodológicas no que concerne à extração e ao tratamento índice.

Considera-se, portanto, oportuno propor à Arquivística:

a) A constituição de um grupo de trabalho nacional - e se possível internacional – para aprofundar e possivelmente individualizar critérios uniformes, para dar uma definição precisa dos seguintes objetos:

- indexação por assunto em âmbito arquivístico;
- análise do material arquivístico, com finalidade de definir um método de extração e formalização dos índices por assunto;
- relação entre nível de descrição inventarial e índice de assunto.

b) O grupo de trabalho deveria ser nacional, e se possivelmente internacional, unindo-se pelas mesmas experiências européias e norte-americanas.

c) O grupo de trabalho deveria realizar uma pesquisa sobre a forma de indexar por assunto atualmente praticada na Itália e possivelmente em outros países europeus e na América do Norte.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Roberto Cerri (1998) acredita que o objetivo da inclusão da noção de **Assunto** é integrar e enriquecer e (não substituir) o paradigma da pesquisa, tendo em vista que o arquivo constitui uma fonte de informação com alto nível de legitimidade e, por essa razão, é objeto de múltiplas demandas.

O trabalho do autor oferece respaldo para se dizer que a insuficiência dos instrumentos de pesquisa tradicionais para fornecer respostas pontuais justifica a inserção da noção de **Assunto** na Arquivística. Em outras palavras, as limitações do modelo tradicional, quanto ao critério de exaustividade de informação oferecem respaldo para a inserção da noção de **Assunto** no trabalho arquivístico. É pertinente ressaltar que a visão de Cerri (1998) dialoga com

as visões de Godani (1998) e Pierulivo (1998) que ao se falar em **Assunto** em arquivística “[...] é necessário partir da tipologia de procura e das necessidades da tipologia de procura e das necessidades dos pesquisadores” (CERRI, 1998, p. 29)

As duas partes essenciais do procedimento descritivo, a identificação da análise orgânico-institucional e a análise do conteúdo com resumo e vocabulário de **Assunto**, são atividades que se integram, sendo a primeira necessária às metas da reestruturação e ao controle histórico-institucional nos arquivos e, a segunda, necessária às metas da procura e da recuperação de informação pontual.

À linha de Cerri (1998) agrega-se o pensamento de Hutchinson (1998), que coloca a noção de **Assunto** no mesmo nível técnico do princípio da proveniência, ao postular que a organização de materiais em arquivos deve ser orientada pelo princípio da proveniência, por constituir um modo mais amplo de viabilizar acesso aos documentos. No entanto, o autor entende que essa metodologia pode ser concomitante à organização de arquivos por **Assunto**, podendo, dessa forma, oferecer acesso mais pontual para o usuário.

Ambos os autores atribuem à noção de **Assunto** a função de assegurar atendimento às necessidades informacionais do pesquisador (seja o acadêmico ou cidadão), tendo em vista que o **Assunto** possibilita o acesso mais pontual aos documentos.

Ressalta-se que Hutchinson (1998) respalda seu entendimento nos estudos de Lytle (1980) e de Bearman (1989), no qual sugere a combinação de acesso orientado por indicações oriundas da proveniência e do **Assunto**.

Entende-se que Cerri (1998) e Hutchinson (1998) oferecem evidências fortes para a constituição tanto técnica quanto teórica da noção de **Assunto** no trabalho de organização de arquivos. Como subjacente a toda prática acadêmica está uma filosofia de vida: o modo como o pesquisador vê o mundo, os indivíduos e o seu objeto de pesquisa, parece ser possível dizer que, ao defender a noção de **Assunto** como recurso para atendimento ao público, os autores atribuem ao trabalho arquivístico uma responsabilidade social.

Os autores com trabalhos teórico-práticos não fogem ao consenso segundo o qual a noção de Assunto em arquivo deve ser entendida como atividade complementar. Nesse sentido, eles justificam a noção de Assunto também como recurso capaz de suprir as necessidades informacionais do usuário.

Godani (1998) apresenta um trabalho de natureza prático-teórico. No aspecto prático, é estabelecido um controle e uma padronização para formulação do assunto da série. No aspecto teórico da sua comunicação, a autora constata que não somente já estavam avançadas propostas no plano metodológico, mas também na parte de projetos de indexação de Assuntos em arquivos, seja sobre ampla escala (isto é, em arquivos inteiros), seja em seções particulares. Para a autora, a noção de Assunto já poderia fazer parte do processo de descrição do fundo. Justifica a noção de Assunto em arquivos, na perspectiva do conhecimento obtido através de estudos sobre demanda dos usuários e suas exigências, não sem efetuar “um controle rigoroso de autoridade dos pontos de acesso por assunto”(GODANI, 1998, p. 9).

A autora observa que a falta de rigor pode provocar prejuízos irreparáveis no trabalho de indexação por Assunto. Para exemplificar, ela faz referências ao fracasso de indexação de Assunto nos Arquivos da América do Norte, devido à falta de controle de autoridade.

O rigor a que a autora se refere contempla processo de: descrição arquivística por Assunto; recuperação por Assunto, construção de séries por Assunto; indexação dos fundos.

A autora considera relevante o fato de que o processo de construção de um sistema de indexação por assunto deve contemplar critérios resultantes de um estudo das demandas dos usuários de arquivos. Aliás, segundo a autora esses critérios devem preceder o trabalho de organização de arquivos.

Os critérios estabelecidos por Godani (1998) são respaldados por Pierulivo (1998) segundo a qual o processo de identificação por Assunto devem contemplar fatores relativos “ao processo histórico do documento, da competência da atividade que gerou documento, a modalidade de organização e funcionamento do produtor do Assunto” (PIERULIVO, 1998, p. 18).

Já o trabalho de Giordano (1998) tem como fundamento o índice automático de assunto proposto por Roberto Grassi; ele não entra no mérito da pertinência teórica da noção de Assunto. Em outros termos, o autor usa a noção de Assunto como um conteúdo já assentado na sua base teórica. No caso, a contribuição do autor pode ser considerada no âmbito mais abrangente da legitimidade acadêmica do seu trabalho (aliás, também respaldado pela

legitimidade do evento), em uma proposta metodologicamente organizada para inserção da noção na arquivística.

Nessa linha, segue a contribuição de Brogi (1998), que, embora delimitada pela sua experiência nos arquivos escolares de Lucchesi, concorre, de modo mais incisivo, para a legitimação da noção de Assunto. Segundo ela, caso um pesquisador necessite de realizar uma pesquisa, não lhe passará despercebido o fato de que o Assunto estará agregado aos índices dos fundos.

Na teia do pensamento de Brogi, respaldado pelo Arquivo Escolar de Lucchesi, e no contexto arquivístico da Itália, a noção de Assunto está constituída e legítima.

Ressalta-se que, no século XIX, o arquivo escolar de Lucchesi considera a pertinência do **Assunto** como recurso no processo de organização orgânico-institucional. Isto pode ser verificado nos índices, o que significa dizer que o **Assunto** tem sua gênese fundada no fazer arquivístico há longa data.

Para Brogi, é estranho que ao longo da história da Arquivística ainda não se tenha estabelecido uma metodologia padrão, incluindo, entre outros elementos, o **Assunto** na organização documental em arquivos. Segundo ela, esse procedimento aperfeiçoaria o trabalho do arquivista.

O trabalho de Francesca Klein (1998) aborda a questão do **Assunto** de modo mais abrangente do que o apresentado pelo método orgânico-institucional. No universo da autora, a noção de **Assunto** concorre para a reconstrução histórica das instituições dentro de contextos territoriais, considerando, principalmente, assuntos institucionais contidos na documentação. A autora insere a noção de **Assunto** no corpo de uma metodologia arquivística não só mais abrangente como também mais complexa, haja visto o diálogo do **Assunto** com noções como: fenomenologias sociais, econômicas, culturais, culturais de breve e longo período.

Do pensamento de Klein abstrai-se o entendimento de que o escopo do sentido da noção de **Assunto** pode abarcar diferentes níveis de complexidade nos diferentes contextos do trabalho arquivístico.

Se assim for, a eventual “conceptualização” da noção de **Assunto** na Arquivística, ou seja, sua constituição e sua legitimação na literatura Arquivística universal terá de explicitar o

modo como a noção irá abarcar a variedade de fatores como, por exemplo, aqueles referidos por Klein: fenomenologias sociais, econômicas, entre outras de eventuais diferenças contextuais.

Sobre aspectos técnicos o assunto em arquivos, isto é, a indexação como processo arquivístico, Cerri (1998), diz que essa questão também é assumida pelo GRIS. O autor acrescenta a análise de conteúdo com o resumo e a elaboração de índice de assunto, sendo este um produto arquivístico, específico para a elaboração de índice alfabético de assunto.

O autor chama a atenção para o bom senso na momento da decisão do que indexar, o documento ou o inventário, ele sugere a indexação do inventário. Sobre essa questão, conforme abordado anteriormente, Ribeiro (1998) e Hutchinson (1998) defendem que determinadas séries documentais, por possuírem diversidade de informação para atendimentos de determinadas demandas, necessitam de indexação na unidade documental, cabendo ao arquivista a decisão.

Nesse sentido, a indexação de assunto é entendida como subsídio à recuperação da informação Arquivística, Hutchinson (1998) defende o acesso por assunto a partir da lista de vocabulário e controle de autoridade, essa idéia também é partilhada por Godani (1998).

Como se pode observar, e indo além do objetivo individual de cada trabalho, a própria existência do evento legitima a pertinência do tema **Assunto** em instituições arquivísticas e apresenta perspectiva para sua abordagem.

4.3 DA CONSTITUIÇÃO DA NOÇÃO DE ASSUNTO EM ARQUIVOS

Observa-se que as publicações apresentadas no *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro* trouxeram contribuições significativas para o trabalho de organização de arquivos, utilizando o Assunto como recurso complementar na organização de documentos e/ou informação em arquivos.

Tem-se aqui a consciência de que o presente trabalho não tem fôlego suficiente para propor uma conceituação de Assunto, mas entende-se que a sua revisão teórica é suficientemente exaustiva para fazer algumas reflexões.

Assim, em termos reflexivos, agora, aborda-se o termo “Assunto” não como uma noção, mas como uma latência informacional erigida no fazer arquivístico.

Estabelecido esse “espaço” tomando-se posse de certa liberdade de pensamento, e olhando-se para o universo teórico construído pelos autores revisados, ousa-se dizer que o “**Assunto**” poderá ser entendido como aquilo sobre o qual trata um documento, levando-se em consideração o seu contexto de produção.

Como foi mostrado, a noção de **Assunto** tem sua dimensão estabelecida na classificação (SCHELLENBERG, 2004); na ordenação (FEITH; FRUIM; MÜLLER, 1940), e na descrição (HEREDIA HERRERA, 1995; RIBEIRO, 2003). Em quaisquer desses procedimentos, o **Assunto** pode ser inserido como recurso complementar. Todavia, é interessante observar que o método orgânico-institucional abriga processos que, do ponto de vista do sentido, atendem demandas informacionais que estão fora do documento em si. Dessa forma, o documento, por ter legitimidade pautada no seu valor probatório, adquire um valor quase que puramente simbólico, com pouca ou quase nenhuma força sgnica relativamente ao seu teor, aquilo sobre o qual ele diz (o que está escrito) e significa, e, até mesmo o seu efeito de sentido. Mesmo a descrição que pode contemplar um **Assunto** global, como propõe Fernanda Ribeiro (1998) e Roberto Cerri (1998), não dá conta daquilo sobre o qual trata um documento. Os autores concordam que, dada uma demanda informacional mais específica, é necessário entrar no mérito do teor das unidades documentais.

Então, o **Assunto** tem uma outra dimensão, além daquela que dialoga com a classificação a ordenação e a descrição. Nesse sentido, a Arquivística terá, entre outros desafios, o de prover aparatos teórico-metodológicos que dêem conta, por exemplo, de outras noções corolárias a **Assunto**: gênero textual, gênero discursivo, tópico, tema entre outras categorias que constituem passos metodológicos para a identificação de assunto em quaisquer tipos de textos.

Considerando que toda ciência perpassa a linguagem, a Arquivística poderá ter de estabelecer inter-relações com o que a Lingüística já dispõe para a identificação de assunto de um texto, assim como a biblioteconomia tem buscado nos estudos da Análise Documentária.

Parece ser possível dizer que o conceito **Assunto** encontra-se ainda em estado de instituição e legitimação no universo arquivístico e aponta múltiplas evoluções concernentes ao modo como o fazer arquivístico se estabelece na pós-modernidade, principalmente no que tange à informação.

Com o respaldo acadêmico do consenso segundo o qual a aceitação de uma noção depende de fatores relativos às mais diversas facetas, cultural, social, acadêmica, profissional,

etc., sob as quais o objeto (no caso o fazer arquivístico por **Assunto**) é observado, entendido, delimitado e aplicado, pretende-se reconstituir, de modo mais direto, o percurso de constituição da noção de **Assunto** apontada pelos autores do evento e pela literatura revisada nas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é o universo que é o sentido da Palavra.
É a palavra que é o sentido do universo.
Não é o dedo que aponta para a lua.
É a lua que aponta para o dedo.
O sentido do Universo é o verso,
que fez escondido não falado,
dentro do seu silêncio.

Guimarães Rosa

Todo o fazer científico é emanado da motivação que o ser humano tem para melhorar o seu ambiente ou, em alguns casos, as suas aspirações pessoais. Parece ser possível dizer que essas motivações são alimentadas pelas provocações que as coisas do mundo fenomênico exercem no ser humano, desafiando-o a identificar, delimitar e aperfeiçoar o seu “habitat”.

A dinamicidade e a energia que move o mundo provoca no homem a vontade do desvendamento, do escrutínio, da descoberta, da desconstrução, da reconstrução, da adequação, enfim, de todos os atos, de todos os fazeres que possam assentá-lo, do modo mais confortável possível, no ambiente que o circunda.

É essa interspectiva, a do responder às demandas externas ao objeto em questão (a noção de **Assunto**), que se pretendeu aqui construir, à luz do já dito pelos estudiosos referidos, e do dizer resultante do percurso deste trabalho.

Para tanto percorreu-se a evolução do conceito do documento arquivístico. Como foi mostrado, esse percurso originou-se de forças externas ao contexto formal da Arquivística. Exemplificando, pode-se pensar no seguinte contínuo: suporte, conteúdo, contexto e informação, esta última presente em todas as entidades fundamentais que constituem o documento arquivístico, nos caracteres internos e externos, no contexto de produção, no conteúdo semântico e no conteúdo diplomático.

Se, como defende a Lingüística, o homem fala pela linguagem e na linguagem, vê-se a expansão da Arquivística como um processo natural de uma ciência pertinente para a sociedade à qual ela serve.

Viu-se que, inicialmente, que o fazer arquivístico era norteado por uma visão tecnicista, tendo como objeto empírico o documento, entendido como suporte. Na seqüência, agrega-se ao conceito do documento a noção de conteúdo, resultante, agora, de uma visão técnico-interacionista, que procura atender a demandas sócio-culturalmente impostas.

Ressalta-se que o interacionismo é alicerçado em filosofias e visões pedagógicas denominadas de sócio-construtivistas (MATUI, 1995). Segundo esse dispositivo intelectual, o mundo, o homem e a ciência são entidades dinâmicas, históricas, sempre em evolução. Assim, entende-se que, com a visão técnico-interacionista, a Arquivística não só expande seu campo de atuação como também começa a interagir com outras áreas do conhecimento, no âmbito mais complexo da informação em um mundo pós-moderno cada vez mais exigente em termos de otimização de tempo.

Mais recentemente, tem-se o ápice do processo interativo, ou seja, a Arquivística parece render-se a uma visão interacionista e, a partir de então, começa a interpretar o contexto e a informação como sendo elementos constitutivos do conceito do documento arquivístico.

Na prática, as noções de contexto e de informação ultrapassam as delimitações das atividades técnicas da Arquivística. Assim, infere-se que ainda há um percurso a ser cumprido para que essas noções sejam legitimadas no aparato acadêmico e institucional da prática arquivística.

Parece ser possível dizer que a Arquivística está em estado de diálogo com a sociedade que dela usufrui. Em termos práticos, os arquivos, mais especificamente os públicos, assim como outros tipos de instituições de natureza científico e/ou cultural informacional se deparam com a chamada sociedade da informação. No caso dos arquivos, o problema se estabelece no que se refere ao fornecimento de informação pontual, seja para o cidadão ou para o pesquisador, que encontra dificuldades de acesso e de recuperação de informação no método histórico-institucional.

O presente trabalho identificou a multidimensionalidade do **Assunto** na informação arquivística, uma vez que ele traz, na sua revisão, referências teóricas sobre o documento arquivístico.

Nesse âmbito, observa-se que o “Manual Holandês”, cuja prescrição para o processo de ordenação inclui dados geográficos, cronológicos e **Assunto**, constitui um marco na literatura arquivística no universo delimitado por este trabalho. No percurso da literatura respaldada por autores como Heredia Herrera (1995), Núñez Fernandez (1999), Vazquez (1996), Schellenberg (2004), Ribeiro (2003), Smit (2005), Camargo (1994), as noções de classificação, ordenação, níveis descritivos, padronização constituem-se em dispositivos teóricos que vão abrigar a noção de **Assunto**.

O quarto capítulo traz, para o bojo do presente trabalho, o que a literatura arquivística tem, por assim dizer, de mais inaugural, a saber, as principais reflexões construídas pela massa acadêmica participante do evento: *I soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*, no qual a noção de **Assunto** mais uma vez encontra respaldo, embora com diferentes graus de legitimidade.

Como vimos, surge na Arquivística um dispositivo teórico-prático que reflete, com diferentes graus de adesão acadêmica, a possibilidade de a noção de **Assunto** ser instituída como parte do arcabouço formal que norteia a organização de arquivos, mais especificamente nos arquivos permanentes.

O método orgânico-institucional, cuja prática antecede essa evolução, prima pelo resgate histórico da documentação. Uma das características desse método é que ele preserva o estatuto burocrático do documento, garantindo, assim, a privacidade do Estado, das organizações pertinentes e dos indivíduos que eventualmente tenham vínculo com o documento.

Todavia, se por um lado o método orgânico-institucional garante a privacidade dos sujeitos institucionais (as organizações) e sociais (os indivíduos), por outro, ele deixa de atender a demandas informacionais de diferentes perfis de interessados: o pesquisador em geral, o historiador e o cidadão. Com efeito, o método se exime de assumir compromisso social. Sob uma perspectiva sociocultural e histórica, o método priva a sociedade de usufruir do conhecimento do teor de seus documentos, a fim de que, eventualmente, possa usar seus conteúdos para estabelecer relações intertextuais e interdiscursivas geradoras de significações

mais maduras sobre os objetos (indivíduos, idéias, eventos, coisas, pareceres, etc.) aos quais os documentos se relacionam.

Sob uma perspectiva pedagógica, dado um objeto, uma circunstância, um invento, uma proposta política etc., para se fazer um escrutínio científico seguro, é necessário um bom distanciamento, a fim de que se obtenha o devido estranhamento e, então, se pense, à luz de outros olhares, uma interpretação mais global, dar um parecer o menos afetivo possível por interesses pessoais específicos.

Neste trabalho, cujo escopo pautou-se na análise da produtividade (já que o caráter do trabalho é de pesquisa teórica), o interesse específico seria atendido, se fosse possível construir uma proposição que assegurasse a constituição e a legitimação da noção de **Assunto** na Arquivística.

As fichas elaboradas (em apêndice) fornecem subsídios para se dizer que a noção de **Assunto** é abrigada por duas perspectivas principais. Uma, específica do trabalho de organização de arquivos. Nesse caso, o **Assunto** erige-se de contextos nos quais há necessidade de uma identificação; por exemplo, o caso de uma série que contempla documentos com múltiplos assuntos. Uma outra perspectiva, na verdade “inter-perspectiva”, na qual a noção de **Assunto** erige-se de demanda informacional da sociedade.

Imaginando-se um distanciamento do universo arquivístico no qual a noção de **Assunto** encontra guarida, constata-se que, segundo alguns autores, ela já estaria constituída e legitimada no dispositivo intelectual da Arquivística. Para outros, mais cautelosos, talvez, ela entra no cenário arquivístico como atividade complementadora; pela natureza sociocultural, referência à sua institucionalidade acadêmico-científica, tendo como alvo o pesquisador, e o social, tendo como alvo o cidadão.

Simulando um olhar mais distanciado ainda, ousa-se dizer que a noção de **Assunto** está inserida na literatura e no fazer arquivístico. As evoluções para mais ou para menos aceitabilidade da noção na área fazem parte dos conflitos acadêmicos, sociais, políticos, ideológicos, entre outros, constitutivos das forças que concorrem para a inserção da noção de **Assunto** na Arquivística ou para a sua rejeição ou, ainda, quem sabe, a criação de um conceito que substitua o que a noção de **Assunto** interpreta, mas que, ainda que camufladamente, satisfaça um universo maior dos sujeitos que respondem pelo fazer e pelo ser da arquivística.

Mas, afinal o que é o **Assunto**? Conforme já apontado, a grande proposição do presente trabalho é que a noção do Assunto está inserida no fazer arquivístico. Parece ser possível dizer também que ela está em processo de constituição no âmbito do aparato formal da área.

Como algo de natureza substantiva com potencialidade para abrigar ou exercer funções dentro da sintaxe (organização) arquivística, tendo em vista que até o presente momento ela mobiliza entendimentos teóricos e práticos de várias ordens, ora a noção **Assunto** é entendida como um valor acessório, ora como complementador; ora ela é relacionada ao conteúdo do documento ora ao seu contexto, e assim por diante.

Como passo inicial, pode-se pensar a noção de **Assunto** sob o escopo da atividade que gerou o documento, não sem antes ressaltar que seus sentidos puramente etimológico e lexical, significam, respectivamente, “matéria, tema, objeto (do lat. *Assumptus-us*) (Cunha, 1997, p. 77)” e “argumento, matéria, objeto, tema de que se trata [...] (MICHAELIS, 1998, p. 244).

O conceito de **Assunto**, na Ciência da Informação foi, durante muitos anos, entendido como algo implícito, sem preocupações mais específicas em defini-lo. No entanto Hjørland (1992) ao buscar uma base epistemológica para o mesmo, refere-se àquilo que faz necessário saber acerca de um documento, com o objetivo específico de representá-lo para fins de recuperação da informação. Dessa forma, a determinação de um assunto reflete um processo de avaliação e determinação de prioridades acerca das propriedades de um documento, de modo a que o mesmo possa ser descrito e recuperado.

No campo da Ciência da Informação, a discussão da noção de **Assunto** pressupõe a conceptualização de informação que, conforme Buckland (1991), é: o que é necessário saber a respeito de um documento para descrevê-lo de tal forma que possa facilitar a recuperação da informação”. Refere-se mais diretamente a algo tangível, materializável (information as thing) ou, em outras palavras, ao documento.

Esse documento, por sua vez, para que seja tratado, pressupõe uma dimensão de conteúdo o que, notadamente na Biblioteconomia, levou à discussão do assunto.

Assim, dado um contexto arquivístico, um documento categorizado como um pedido de afastamento, por exemplo, oferece pouca indicialidade para se inferir o **Assunto**. Com base em conhecimentos socioculturalmente compartilhados, sabe-se que se trata de um

“dispositivo comunicacional” (“o modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero de discurso”, MAINGUENEAU, 1998, p. 72)²⁵.

Como um **suporte** (o documento na sua materialidade), uma **finalidade** (socialmente pressuposta), um estatuto jurídico, um **lugar** (contexto no qual o documento tem sua legitimidade validada) e **temporalidade**, legítima para a identificação de um gênero de texto/discurso.

Todavia, o **Assunto**, isto é, a estrutura argumentativa que legitima o pedido de afastamento, e que só pode ser identificada à luz do conhecimento do teor do documento, exige um trabalho intelectual de leitura e interpretação do texto.

Dessa forma, a tipologia documental “pedidos de afastamento” poderá ter múltiplos **Assunto** (meningite, hepatite, AVC; acidentes, entre outros), sendo que cada um desses assuntos legitima a função documental, que é previamente determinada, ou seja o **Assunto** especifica a função. Além disso, um cidadão, um historiador ou um sociólogo poderá estabelecer diferentes perspectivas para a identificação do **Assunto** numa série documental de pedidos de afastamento.

Um sociólogo, por exemplo, poderá requerer como **Assunto**, focos de epidemia, numa série de pedidos de afastamento. No caso, para ele não serão pertinentes outros assuntos fora a epidemia.

Nessa perspectiva, se o arquivo adotar uma política de atendimento às demandas sociais, no exemplo em questão, da série de “pedidos de afastamento”, poderá criar sub-séries de **Assuntos** no contínuo. Vê-se aqui uma extensionalidade do fazer arquivístico: a necessidade de no exercício arquivístico, a exigência de habilidades e competência intelectual mais complexas.

Outro exemplo da complexidade da noção de **Assunto** nas delimitações estritas do contexto técnico da Arquivística seria indexar por assunto uma série de autos-crimes composta

²⁵ Discorrendo sobre tipos e gêneros de discurso/texto, Maingueneau (1998, p. 61) diz que “[...] o que habitualmente entendemos por gênero de discurso, isto é, dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. O gênero **Relatório** de estágio, por exemplo, supõe a existência de empresas e de estudantes que buscam experiência profissional, de professores para aplicar e avaliar as tarefas escritas e, acima de tudo, de todo um sistema de ensino aberto ao mundo do trabalho. Poderíamos dizer coisas da mesma ordem a respeito do Gênero “*fait divers*”, que aparece nas sociedades em que há uma imprensa escrita de grande tiragem: num vilarejo, o boato é suficiente para divulgar as notícias. As tipologias dos gêneros *talk show* ou o editorial nada têm de eterno. Poderíamos, assim, caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso/texto que ela torna possível e que a tornam possível” (grifo não consta no original).

de 6.000 processos, com uma média de 100 folhas cada. Constatar-se-á, no final, que quase todos se repetem, pois são os mesmos procedimentos, e que o mais importante é extrair o **Assunto** da ocorrência, que informa as possibilidades de pesquisa. Por exemplo: roubo seguido de morte, homicídio, suicídio, defloramento, estelionato etc.

Discorrendo sobre tópico e topicalidade, Dik (1989) diz que, nesse âmbito, a estrutura argumentativa do texto tem duas dimensões: a topicalidade, que é caracterizada pelas entidades “sobre” as quais a informação é provida no discurso; e a focalidade, que se conecta às informações que são mais importantes ou mais salientes no que concerne aos interesses do enunciador. Segundo o autor, essas duas dimensões da organização do texto se sobrepõem uma a outra, de modo que certas informações podem ser, ao mesmo tempo, tópicas e “focais” para a comunicação.

Outro aspecto interessante da topicalidade é que, dado um texto, uma certa informação pode ser tópica e outra subtópica. Porém, à medida que o texto é expandido, uma informação que é tópica pode dar lugar ao desenvolvimento de um conteúdo subtópico, que na evolução do texto pode passar a ser tópico. Essa coreografia textual é norteada pelas intenções discursivas do enunciador, pelo alvo que ele quer chegar: confirmar, provar, convencer, entre outros “atos de fala”.

Na esteira do pensamento do lingüista, parece ser possível dizer que, no caso do pedido de afastamento, diferentes interessados, como, por exemplo, um historiador ou um sociólogo, poderão estabelecer diferentes diálogos com o texto e que, para eles, o que poderia ser abstraído para os seus interesses seria o **Assunto**.

No caso, não se trata de arbitrariedade irresponsável com o texto, mas de opção por aquilo que ele (o texto) pode “dizer”, “significar” e “fazer”, no universo do interessado no documento.

À luz do exposto, ousa-se dizer que, no âmbito da Arquivística, o **Assunto** de um documento é sobremaneira vulnerável aos “sopros sígnicos” do universo sociocultural, dos interesses e dos objetivos de quem os procura. Como se trata de **Assuntos** tirados do seu “habitat”, diferentes distanciamentos e, por conseguinte, diferentes estranhamentos poderão intervir na delimitação do que seja o **Assunto** em arquivos.

Nessa perspectiva, até mesmo uma carteira de identidade não aponta, no simples âmbito do seu suporte, o **Assunto**. Novamente, trata-se de um dispositivo comunicacional com

um suporte legitimado em uma base legal, juridicamente falando. No caso, o **Assunto** estará entre o que está lingüísticamente posto: o nome do indivíduo, demais referências de identificação (espaço, tempo etc.); e o que não está posto mas implicado: trata-se de um cidadão.

Demais inferências só serão possíveis por meio de um trabalho de resgate e de reconstituição do “contexto de produção” do texto da carteira, ou seja, os significados apontados pela historicidade marcada: época, lugar, inter-relações com outros indivíduos (Quem era o pai? a mãe? a família como um todo? etc.). Em outros dizeres, em sentido estrito, o **Assunto** da carteira de identidade está relacionado aos dados identificadores do indivíduo; em sentido amplo, ele está relacionado às indiciências apontadas por esses dados, cujo âmbito é o contexto social do qual o indivíduo faz parte, ou seja, está na história. Se assim for, um documento gera sentidos na sua materialidade e efeitos de sentidos na sua latência histórica e sociocultural.

Nessa perspectiva, é muito sintomático o fato de a noção de **Assunto** estar aqui e acolá relacionada ao contexto e ao conteúdo do documento. Entende-se que somente após a legitimação acadêmica dos paradigmas que deverão constituir a epistemologia da noção de **Assunto** na Arquivística será possível explicá-la à luz de uma delimitação metodologicamente mais coesa, embora sempre aberta para atendimento das evoluções da Arquivística como campo do saber e, por que não, para inspeção pública, por exemplo, como recurso de busca para o pesquisador e como atendimento especializado aos cidadãos.

Retomando, o presente trabalho procurou mostrar os múltiplos contextos Arquivísticos de recuperação de documentos e informação em Arquivos nos quais a noção de Assunto exerce função complementadora a ponto de já ter legitimidade técnica para fazer parte do aparato arquivístico concernente à **recuperação** da informação em Arquivos.

O trabalho procurou mostrar também a heterogeneidade, a plasticidade e a dinamicidade da noção de **Assunto** em arquivos, sua natureza em devir, sempre pronta para estabelecer conexão com as demandas da era da informação. Sob esse escopo a noção de **Assunto** assume um caráter quase imanente na área, como por exemplo, em contextos eletrônicos, em cujos processo de recuperação em Arquivos a noção de **Assunto** pode ser erigida quase que automaticamente, ou seja, ela pode vir a lume como resultado de evidências fornecidas por diferentes pontos de acesso, que podem estar abrigados na unidade documental, na série documental ou até mesmo no contexto de produção do documento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVÍSTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BARROS, D. L. P. Constituições de Bakhtin à teoria do discursos. In: BRAIT, Beth (Org.) **Bathin, diallogismo e construção do sentido**. São Paulo: Unicamp, 2001. p. 21-38.

BEARMAN, D. Authority control issues and prospects. **The American archivist**, Chicago, v. 52, Summer, p. 286 – 299, 1989.

BEARMAN, D.; LYTLE, R. The power of the principle of provenance. **Archivaria**, Ottawa, v. 21, p. 14 – 27, Winter 1985 – 1986.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. ver. Ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face à arquivística internacional: debatendo Terry Cook. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/246.pdf> . Acesso em 19 out. 2005.

BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, v. 9, n. 1, p. 4-15, jan. 1990.

BERNER, R. C. **Archival theory and practice in the United States: a historical analysis**. Seattle: University of Washington Press, 1983.

BIRON, L-A. Pourquoi je suis archiviste? **Archives**, v. 72, no. 2, p. 16- 24, 1972.

BRASIL Leis e decretos. **Lei n. 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Brasília: Senado Federal, 1991.

BRASIL. Arquivo Nacional. Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia Arquivística. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic-term.pdf>.

BROGI, M. Il sistema degli indici in uso dagli archivisti Luchesi. In: PIERULIVO, Monica, CERRI, Roberto (Orgs.). *SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO*, 1. 1998, San Miniato, 1998. p. 63 – 78.

BUCKLAND, M. Information as thing. *Journal of the American Society of information science*, v. 42, no.5, p. 351-360, Jun. 1991.

CAMARGO, A . M. de A. BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiro: Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 1996.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 34- 40, 1994.

CAMPOS, M. L. de A. Organização de domínios de conhecimento e os princípios Ranganathianos. *Perspectivas em ciência da informação*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003.

CERRI, R. Acesso agli archivi anche per voci di soggetto. In: PIERULIVO, Monica; CERRI, *Roberto (Orgs.)*. *SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO*, 1. 1998, San Miniato, 1998. p. 29 – 48.

COOK, T. Archival Science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, v. 1, n.1, p. 3-24, 2000.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ARQUIVOS, 1., Rio de Janeiro, nov. , 1997a.

COOK, T. **What is past is prologue**: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, Spring 1997b.

CORTÉS ALONSO, V. **Manual de archivos municipales**. 2. ed. Madrid: ANABAD, 1989.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. **Les archives au XX siècle**. Montreal: Université de Montréal, 1982.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. La recherche en Archivistique: un état de la question. **Archives**, v. 30, no. 3-4, p. 11-38, 1998.

COUTURE, C.; DUCHARME, J.; ROUSSEAU, J-Y. L'archivistique a-t-elle trouvé son identité ? **Argus**, v. 17, no. 2, p. 51- 60, 1988.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHEARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, J-Y. **Les archives au XX^e siècle**: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche. Montréal: Université de Montréal, 1982.

COUTURE, C., DUCHARME, D. La Recherche en Archivistique: un état de la question. **Archives**, v. 30, n.3-4, 1998-1999.

CRUZ MUNDET J. R; MIKELARENA PEÑA, F. Soportes documentales y tecnologías de la información. In: _____. **Información y documentación administrativa**. Madrid: Tecnos, 1998. cap. 2, p. 27- 43.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. Ed. corr. e atual. Madrid: Fundacion Germán Sanchez Ruipérez, 1997.

CUNHA, A. Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

DEMO, Pedro. **Fundamentos do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

DOLLAR, C. M. Appaising machine-readable records. **The American archivist**, Chicago, v. 41, p. 423 – 430, Oct. 1978.

DUCHEIN, M. Le respect des fonds en archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. **La gazette des archives**, Paris, n. 97, p. 77-96, 1977.

DUCHEIN, M. The history of European archives and the development of archival profession in Europe. **The American archivist**, Chicago, v. 55, p. 14-24, 1992.

DURANTI, L. **Diplomatica**: usos nuevos para una antiga ciência. Trad. Manuel Vázquez. Carmona: S & C ediciones, 1996. Título original: *Diplomatics: new uses for an old science*.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 49- 64, 1994.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FONSECA, M. O.; JARDIM, J. M. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, v. 2, p. 29-45, 1992.

FOSKET, A. C. **A abordagem temática da informação**. Trad. A. A Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.

FOSTER, J. **Subject indexing in the British archives**. In: PIERULIVO, Monica; CERRI, R. (Orgs.). *I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO*, 1. 1998, San Miniato, 1998. p. 107 – 118.

FRANQUEIRA, A. Chegaram as ISAD(G). **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 47-52, 1994.

GAGNON-ARGUIN, L. **L'archivistique**: son histoire, ses acteurs, depuis 1960. Québec: Presses de l' Université du Québec, 1992.

GARCIA GUITIÉRREZ, A. **Lingüística documental**. Barcelona: Mitre, 1984.

GARCIA, O. M. C.; SCHUCH JUNIOR, V. F. A aplicação da Arquivística Integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 41-56, 2002.

GARON, L. Le principe de provenance. **Archives**, Quèbec, v. 1, p. 12-19, Juil.-Dec. 1969.

GIORDANO, M. Il progetto Civita. La realizzazione di un indice delle istituzioni Lombarde: scelte operative e soluzione tecniche. In: PIERULIVO, M.; CERRI, R. (Orgs.). *I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO*, 1. 1998, San Miniato, 1998. p. 49 – 62.

GODANI, L. La soggettazione negli archivi: valutazione di un'esperienza Italiana. In: PIERULIVO, M.; CERRI, R. (Orgs.). *I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO*, 1. 1998, San Miniato, 1998. p. 9 – 16.

GOMES, H. E. O indexador face as novas tecnologias da informação. **Trans-informação**, Campinas, SP, v. 1, n. 2, p. 161- 174, maio/ago., 1989.

GONÇALVES, J. A produção historiográfica, os arquivos e o papel do arquivista: reflexões acerca do caso catarinense. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECA E MUSEUS. 2., 2006. *Anais*. São Paulo de 25 a 29 de junho de 2006. (no prelo).

GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer, 2).

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-177. (Estudos avançados em ciências da Informação; 2).

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, set./dez., 1998.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general: teoria e prática**. 7. ed. Sevilla: Diputación Provincial , 1995.

HEREDIA HERRERA, A. **Manual de instrumentos de descripción documental**. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.

HEREDIA HERRERA, A. **Obsevaciones sobre la norma ISAD(G)**. Disponível em: [URL:http://www.pi.cnr.it/S.Miniato/riovista/herrera.html](http://www.pi.cnr.it/S.Miniato/riovista/herrera.html). Acesso em: 20 de ago. 2004.

HJORLAND, B. The concept of subject in information science. **Journal of documentation**, v. 48, no. 2, p.172-200, 1992.

HURLEY, C. What if anything is a function? **Archives and manuscripts**, v. 21, no. 2, p. 212, 1993.

HUTCHINSON, T. Archival access point: subjects and beyond. The North American experience. In: PIERULIVO, M., CERRI, R. (Orgs.). **I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO, 1., 1998**, San Miniato, 1998. p. 95 - 106.

ISAD(G): **Normas gerais internacionais de descrição em arquivo: para as normas de Descrição**, Estocolmo, Suécia, 21-23 de Janeiro de 1993, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

ISSAR (CPF): **Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**: adotada pela comissão Ad Hoc de normas de Descrição, Paris, adotada pela comissão ad hoc França, 15-20 de novembro de 1995, versão final aprovada pelo CIA). Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1998.

JARDIM, J. M. O acesso à Informação Arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS; 1999; Rio de Janeiro. <http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/conferencia%20mesa%redonda/josemaria.htm>
Acesso em 30 jun. 2004.

JARDIN, J. M.; FONSECA, M. O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Lisboa, v. 2, p. 29-45, 1992.

KLEIN, F. **Costruzione di un authority file delle istituzioni fiorentine del periodo repubblicano**. In: PIERULIVO, M., CERRI, R. (Orgs.). **I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO, 1., 1998**, San Miniato, 1998. p. 79 - 86.

LAKATOS, E. M.; MARKONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Trad. A. A. Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.

LODOLINI, E. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: ANABAD, 1993.

LODOLINI, E. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. **Archivística**, Lima, p. 30 - 51, 1991.

LOPES, L. C. **A imagem e a sombra da archivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1998.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos**. Niterói: EDUFF, 1996.

LOPEZ YEPES, J. et. al. **Estudios de documentación general e informativa**. Madrid: Seminario Millares Carlo, 1981.

LOPEZ, A. P. A. **Instrumentos de pesquisa**: como fazer a descrição de documentos de arquivo. São Paulo, 2000. Manual de oficina, ministrada no Arquivo do Estado.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MARINHO JÚNIOR, I. B; SILVA, J. G. e. Arquivos e Informação: uma parceria promissora. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun., 1998.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. **La construcción teórica en Archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Universidade Carlos III; Boletín Oficial do Estado, 1996.

MATUI, Jiron. **Construtivismo**: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1995.

McGarry, K. J. **Da documentação à informação**: um conceito em evolução. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

MICHAELIS **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MONDADA, L. **Processus de categorization et construction discursive des categorization et cognition: de la perception au discours**. Paris: Kimé, 1997.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et categorization: une approche des processus de référenciation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BEGUELIN, M. J. (Org.). **Du syntagme nominal aux objets-de-discours**. Suisse: Institut Linguistic que Université de Neuchâte, 1995. p. 273-302.

MÜLLER S.; FEITH J. A.; FRUIM R. **Manual for the arrangement and description of archives**. New York, 1940. (O original em holandês foi publicado em 1898).

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez, 1996.

NAVES, M. M. L. **Princípios e técnicas de indexação, com vistas à recuperação da informação**. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária da UFMG, 2004.

NÚÑEZ CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: _____. **Archivística: estudios básicos**. Sevilla: Diputación Provincial, 1981.

NÚÑEZ FERNANDEZ, E. **Organización y gestión de archivos**. Ediciones Trea, S. L, 1999.

PIERULIVO, M. I **“soggetti” come strumenti di ricerca per la documentazione locale nelle biblioteche e negli archivi**: proposte e riflessioni. In: PIERULIVO, M.; CERRI, R. (Orgs). I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO, 1., 1998, San Miniato, 1998. p. 17 – 29.

PINHEIRO, L.V.R. **A Ciência da Informação entre a sombra e a luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura)-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 1997.

PINTO MOLINA, M. El documento. In: _____. **Análisis documental: fundamentos y procedimientos**. 2. ed. Madrid: EUDEMA, 1993. cap. 4, p. 64-75.

PRETTI, D. Tipos de *frame* e falantes cultos. In: _____. (Org). **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 71-86.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publ. House, 1967.

RIBEIRO, F. **O acesso à informação arquivística**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. v. 1-2.

RIBEIRO, F. **Subject indexing in theoretical and practical considerations**. In: PIERULIVO, M., CERRI, R. (Orgs.). I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO, 1., 1998, San Miniato, 1998. p. 87 - 94.

RIBEIRO, F. **Indexação e controle de autoridade em arquivos**. Porto: Câmara Municipal, Departamento de Arquivos, 1996.

RODRIGUES, A. C. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivos**: um manual para o município de Campo Belo (MG) . 780 f., 2002. Dissertação- (Mestrado) Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2002.

ROLLE, M. **Una biblioteca di una istituzione regionale ed il suo thesaurus**. In: PIERULIVO, Monica, CERRI, Roberto (Orgs.). I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO, 1., 1998, San Miniato, 1998. p. 119 – 122.

ROMERO TALLAFIGO, M. **Documento y archivo de gestión**: diplomática de ahora mismo. Carmona: Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994.

ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

ROUSSEAU, J-Y. L'archivistique et al. Gestion des documents: évolution, différenciation et intégration. **Archives**, v. 2, no. 3, p. 3-7, Dec. 1979.

ROUSSEAU, J-Y; DUCHARME, J. L' Interdépendence des archives et de la gestion des documents: une approche globale de L'archivistique. **Archives**, Quebec, v. 12, no.1, p. 5 – 28, Juin. 1980.

SAGREDO FERNANDEZ, F.; IZQUIERDO ARROYO, J. M. **Conception lógico-lingüística de la documentación**. Madrid: Ibercom, 1983.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Trad. de N. T. Soares. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA, A. M. da. **Arquivística: que futuro? Achegas para uma (re)leitura epistemológica e para uma formação integrada**. [s.l], 1994.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F.; RAMOS, J.; LEAL, M. L. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, J. G. e. **Usuários de instituições de arquivo: mensageiros do “caos” ou parceiros do conhecimento e da ação comunicativa**. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2004, p. 23-26, nov., Brasília, Brasil.

SMIT, J. W. **Como organizar o arquivo enquanto sistema de informação**. São Paulo, 2005. Manual do curso. Arquivo do Estado. Oficinas.

SMIT, J. W. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 174).

SMIT, J. W.; GUIMARÃES, J. A. C. **Os documentos arquivísticos e seu conteúdo: função X temacidade**. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA. 12., *Anais...*1998, João Pessoa, 1998. p. 15-19.

TANODI, A. **Introducción a la ordenación y clasificación en Archivística**. Santiago-Chile: PNUD, Capacitación a distancia, 1981.

TESSITORE, V. Arranjo: estrutura ou função? **Arquivo: Boletim histórico e informativo**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1989.

TESSITORE, V. **Descrição**. Apostila do XIII-Curso de Especialização em Organização de Arquivos. São Paulo: IEB: USP, 1999.

THOMASSEN, T. A First Introduction to Archival Science. **Archival Science**, v. 1, p. 373-385, 2001.

THOMASSEN, T. **The development of archival science and its European dimension.** Seminar for Anna Christina Ufsparre. Swedish National Archival. Estocolmo, Fev. 1999.

VAZQUEZ, M. **Introducción a la archivología:** guía de estudio. 3. ed. Cordoba: [S.l], 1996. p. 3- 33.

APENDICE

4.3 FICHAS DAS CITAÇÕES DOS ANAIS DO I SOGGETTI E ALTRI APPARATI DI INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: IPOTESI DI LAVORO

FICHA 1
FONTE
GODONI, Lorenza (1998)
CITAÇÃO ORIGINAL E TRADUÇÃO
<p>1. <i>Effettuare un rigoroso controllo di autorità dei punti d'accesso per soggetto (la mancanza del controllo d'autorità ha determinato il fallimento in tutti i tentativi di indizzazione per soggetti gli enti creatori dei documenti, dai documenti che trattano di tali enti o soggetti. (p. 9).</i></p> <p>[Efetuar um controle rigoroso de autoridade dos pontos de acesso por assunto (a falta de controle de autoridade determinou o fracasso em todas as tentativas de indexação por assunto nas entidades criadoras do documento, pelos documentos que tratam de tais entidades ou assuntos].</p>
<p>2. <i>Collegar la descrizione archivistica per soggetto ai principi della descrizione a più livelli procedendo dal generale al particolare (p. 9).</i></p> <p>[Conectar a descrição arquivística por assunto aos princípios da descrição a mais níveis procedendo do geral para o particular].</p>
<p>3. <i>Il sistema de recupero per soggetto deve essere costruito sulla base della conoscenza ottenuta attraverso studi di utenti archivistici e delle loro esigenze (p. 10).</i></p> <p>[O sistema de recuperação por assunto deve ser construído na base do conhecimento obtido através de estudos sobre a demanda dos usuários e suas exigências].</p>
<p>4. <i>[...] É un dato certo, tuttavia, che della sua applicazione in ambito archivistico vi sono diversi esempi e i risultati ottenuti in ambito nordamericano hanno dimostrato che, nonostante i suoi limiti, LSCSH potrebbe essere utilizzato con successo per la costruzione di stringhe di soggetto anche negli archivi (p.12).</i></p> <p>[[...] É um dado certo, todavia que da sua aplicação em âmbito arquivístico há diversos exemplos e resultados obtidos em âmbito norte-americano tem demonstrado que apesar de suas limitações, a LCSH poderia ser utilizada com sucesso para a construção de séries de assuntos também em arquivos].</p>
<p>5. <i>Nella formulazione delle stringhe il subapparato di rinvii ha avuto un'importanza fondamentale: il rimando "vedi" è stato necessario ogni qual volta un soggetto era conosciuto con più di una forma, ma una sola di esse costituiva il termine autorizzato (p. 14).</i></p> <p>[[...]. Na formulação das séries o subaparato de reenvio teve uma importância fundamental: o reenvio "veja" foi necessário cada vez que um assunto era conhecido com mais de uma forma, mas somente uma dessas constituía o termo autorizado].</p>
<p>6. <i>Abbiamo inoltre di seguire la indicazioni del 4. Ponto illustrato dal Grupo di Lavoro Canadense che consiglia, in fase di indicizzazione dei fondi, di prestare maggiore attenzione alle attività che hanno generato i documenti, concentrandosi invece più profondi di descrizione. A livello di fondo dunque, abbiamo riservato la prima voce della stringa di soggetto all'ente produttore del documento, cercando così di non derogare al principio di provenienza, allo stesso tempo abbiamo cercato di seguire anche il principio secondo il quale più elevato è il livello di descrizione, più generale deve essere la stringa di descrizione del contenuto (p.14).</i></p> <p>[Nós tentamos seguir as indicações Ponto 4 ilustrado pelo Grupo de Trabalho Canadense que recomenda, além da fase de</p>

indexação dos fundos, prestar maior atenção às atividades que produziram os documentos. Mais especificamente concentrando-se no **assunto**, quando é procedido para níveis mais profundos da descrição. Reservamos a primeira palavra da série de **assunto** da origem, ao mesmo tempo nós tentamos também seguir o princípio segundo o qual quanto mais elevado é o nível de descrição, mais geral deve ser a série de descrição do conteúdo].

FICHA 2

FONTE

PIERULIVO, Monica (1998)

CITAÇÃO ORIGINAL E TRADUÇÃO

1. *La sezione local di una biblioteca documenta la storia e la cultura della città e del territorio circostante. Spesso comprende produzione editoriale corrente ma anche documenti relativo al territorio o prodotti dai soggetti operati nel suo ambito che si possono classificare come letteratura grigia. (p.18).*

[A seção local de uma biblioteca documenta a história e a cultura da cidade e do território circundante. Compreende frequentemente a produção editorial corrente mas também documentos relativos ao território ou produtos dos **assuntos** operados no seu âmbito, que podem classificar como literatura cinza].

2. *A differenza della biblioteca, la ricerca inarchivio, a livello specialistico, si fonda più che sulle informazioni di ambito bibliotecario, sui percorsi tracciati dai modi e dai ritmi della produzione documentaria, e perciò definiti, in prima istanza, dalla storia, dalle competenze, attività, modalità di organizzazione e funzionamento del soggetto produttore (p. 18).*

[A diferença da biblioteca, da pesquisa em arquivo, em nível especializado, se fundamenta mas nas suas informações de caráter descritivo refere-se a simples entidade arquivística como ocorre no âmbito bibliotecário o seu percurso traça deste modo e deste ritmo da produção documentária e para isso define, em primeiro instante, da história, da competência, da atividade, da modalidade de organização e funcionamento do **assunto** produtor].

3 *1. la eventuale creazione di una lista di soggeti comune ad archivio di ente locale (almeno per quanto riguarda alcune serie archivistiche oculatante selezionate) e al fondo della biblioteca relativa (p.19).*

[1. a eventual criação de uma lista de **assunto** comum de um arquivo de entidade local (ao menos no que refere-se a algumas séries arquivísticas cautelosamente selecionada) e no fundo da biblioteca relativa].

4 *Avvalendosi dello strumento informatico, è infatti possibile la creazione di un indice di voci a soggetto il quale rimandi contemporaneamente, per ogni soggetto, a schede riferite a oggetti bibliografici e unità archivistiche rispondenti alle loro caratteristiche e agli strumenti descrittivi delle rispettive discipline (p. 20).*

[Valendo-se do instrumento informático, é de fato possível a criação de um índice de termos ao qual envia simultaneamente, para cada **assunto**, às fichas referem-se ao objeto bibliográfico e unidade arquivística correspondente às outras características específicas e aos instrumentos descritivos das respectivas disciplinas].

5 *Scegliendo una voce di soggetto dovrebbe essere possibile aprire il documento relativo che a sua volta potrà essere una lista di voci sottordinate, ognuna delle quali potrà svilupparsi in altre voci più specifiche e glittagliate o arrivare direttamente alla descrizione dei documenti. L'indice dei soggetto è quindi da considerarsi come autonomo rispetto alle descrizioni archivistiche ed a quelle bibliografiche (p. 20).*

[Escolhendo um termo de **assunto**, deveria ser possível abrir o documento relativo que por sua vez poderá ser uma lista dos termos subordinados, cada uma das quais poderá desenvolver-se em algum termos mais específicos e detalhados ou chegar diretamente à descrição dos documentos. O índice do **assunto** é considerado como autônomo com relação as descrições arquivísticas e às bibliográficas].

6 *Innanzitutto cerchiamo di capire perché potrebbe essere utile creare una lista di soggetti per i documenti archivistici (p.20).*

[Antes de tudo, procuramos entender porque poderá ser útil criar uma lista de **assunto** para documentos arquivísticos].

7 *Di qui deriva la necessità di scegliere alcune serie particolarmente significative all'interno dell'archivio, sia per le loro caratteristiche archivistiche (per le quali sia particolarmente problematica la consultazione secondo la descrizione arquivistica tradizionale) sia per l'importanza che rivestono a livello di documentazione storica e provare ad indizzarne per soggetto il contenuto.*

[Disto deriva a necessidade de escolher algumas séries particularmente significativa no interior do arquivo, seja por suas características arquivísticas (pelas quais seja particularmente problemática a consulta segundo a descrição arquivística tradicional) seja pela importância que revestem em nível de documentação histórica e justificar a indexação do conteúdo por **assunto**].

8 *Ai fini della realizzazione di uno strumento come quello di cui stiamo parlando, sarebbe molto utile, invece, applicare i soggetti alle unità archivistiche, quindi ad un livello molto analitico* (p. 22).

[No final da realização de um instrumento como aquele do qual estivemos falando, seria muito útil, ao invés, aplicar os **assuntos** às unidades arquivísticas, portanto em nível muito analítico].

9 *Il soggetto di un documento archivistico è l'argomento della pratica considerata e, secondo le ISAD (G) "i punti di accesso sono basati sugli elementi della descrizione" e quindi l'indicizzazione arquivistica per soggetto ha bisogno di fondarsi esplicitamente sulla descrizione archivistica, derivando non dai documenti in sé ma da elementi trovati all'interno della descrizione archivistica per essi preparata". Il sistema di indicizzazione dovrebbe permettere, a chi crea l'indice, di collegare un termine di indice per soggetto ad descrizione del fondo, serie, fascicolo o dell'unità da indicizzare e mostrarne il contenuto gerarchico. Il livello della descrizione che li precede* (p. 23).

[O **assunto** de um documento arquivístico é o argumento da prática considerada e, segundo o ISAD (G), "os pontos de acesso são baseados em elementos da descrição" e portanto a indexação arquivística por **assunto** é necessário fundar-se explicitamente na descrição arquivística, derivando não dos documentos em si mas de elementos encontrados no interior da descrição arquivística por eles preparada". O sistema de indexação deveria permitir, a quem cria o índice, unir um tema de índice por **assunto** à descrição de fundo, série, fascículo ou da unidade a indexar e mostrar o conteúdo hierárquico. O nível da descrição que os precede]

10 *Se poi volessimo creare una interrelazione tra fonti di tipo diverso, in questo caso stiamo parlando solo di fondi bibliografici locali e fondi archivistiche relative ad un determinato territorio o comunità, allora la stesura del soggetto dovrebbe seguire delle norme o criteri comuni, in modo che, richiamando dall'indice un soggetto anche generale come: Strade, San Miniato sia immediato il rimando alla descrizione delle unità bibliografiche e delle unità archivistiche con descrizioni differenziate e specifiche* (p. 24).

[Se então quisermos criar uma inter-relação entre fontes de tipo diverso, neste caso estamos falando somente de fundos biográficos locais e fundos arquivísticos relativos a um determinado território ou comunidade, então a constituição do **assunto** também geral como: Strade, San Miniato, seja imediato o reenvio à descrição das bibliografias e elaboração das unidades arquivísticas com descrições diferenciadas e específicas].

11 *[...] il processo graduale di costruzione di un efficace sistema di indicizzazione archivistica per soggetto si basa anche sulla conoscenza ottenuta attraverso studi di utenti archivistici e delle loro esigenze e questo requisito dovrebbe precedere tutto. Nell'ottica del servizio, quindi, occorre conoscere chi i nostri utenti, come effettuano ricerche sul materiale e che tipo di domande pongono ai sistemi di recupero, prima che possiamo sviluppare e perfezionare un sistema di accesso per soggetto* (p. 25).

[O processo gradual de construção de um sistema eficaz de indexação arquivística por assunto baseia-se também no conhecimento obtido através de estudo de usuários arquivísticos e das suas exigências e este requisito deveria preceder a tudo. Na ótica do serviço, portanto, é preciso conhecer quem são nossos usuários, como efetuam pesquisas do material e que tipo de perguntas colocam no sistema de recuperação antes que possamos desenvolver e aperfeiçoar um sistema de acesso por **assunto**].

12 *[...] La costruzione di file d'autorità di nome per nomi propri, collettivi e geografici, distinguendo tra voci di creatore e voci di soggetto; l'importanza di relazionare l'indicizzazione per soggetto sulla descrizione archivistica, per cui i termini dell'indice devono derivare non dai documenti in sé, ma da elementi presenti all'interno della descrizione archivistica; il mantenimento di una coerenza di fondo nella scelta del livello di profondità di indicizzazione* (p. 25).

[A construção de arquivo de autoridade de nome por nomes próprios, coletivos e geográficos, distinguidos entre termos de criador e termos de assunto; a importância de relacionar a indexação por **assunto** na descrição arquivística, pela qual os termos do índice devem derivar não dos documentos em si, mas de elementos presentes no interior da descrição arquivística; a manutenção de uma coerência de fundo na escolha do nível de profundidade de indexação].

13 *[...] già sperimentata da Lorenza Godani per i soggetti dei fondi e delle serie, potrebbe essere proposta nuovamente di indicizzazione con applicazioni a materiali diversi, inoltre si tratta di un metodo che permette di creare una stringa di soggetto all'interno della quale siano contenuti tutti gli elementi indispensabili per l'identificazione del soggetto stesso* (p. 25).

[já experimentada por Lorenza Godani para os assuntos dos fundos e das séries, poderia ser proposta novamente a indexação com aplicações a materiais diversos, além disso, trata-se de um método que permite criar uma seqüência de **assunto** no interior da qual estejam contidos todos os elementos indispensáveis para a identificação do mesmo **assunto**].

14 *Gli elementi della stringa sono poi disposti secondo un ordine di citazione uniforme basato sulle loro reazioni all'interno*

del soggetto e non sulla loro presunta importanza (p. 25).

[Os elementos da seqüência estão, pois, dispostos segundo uma ordem de citação uniforme baseada nas suas relações no interior do **assunto** e não da sua presumida importância].

FICHA 3

FONTE

CERI, Roberto (1998)

CITAÇÃO ORIGINAL E TRADUÇÃO

1. *Come suggerisse l'interessante rapporto del Working group canadese sul Subject Indexing in Archives per parlare di soggetti in archivistica bisogna partire dalle tipologie di ricerca e dai bisogni informativi degli utenti* (p. 29).

[De acordo com a sugestão do Grupo Canadense de Indexação de Assunto em arquivos, para falar de **assunto** na arquivística é necessário partir das tipologias de pesquisa e das necessidades dos pesquisadores].

2. *[...] Ma l'applicazione del metodo storico che si attiva nell'ambito delle procedure del riordinamento e dell'investariazione non può impedire che si effettuino anche analisi e descrizione del contenuto dei fondi, delle serie e dei fascicoli con metodi "documentali o bibliografici" e che questo lavoro porti alla costruzione di stringhe di soggetto che riassumano l'analisi del contenuto* (p. 31).

[Mas a aplicação do método histórico que se ativa no âmbito dos procedimentos de reordenação das inventariações não pode impedir que se efetuem também análises e descrições do conteúdo dos fundos, das séries e dos fascículos com métodos "documentais ou bibliográficos" e que este trabalho leve à construção de seqüências de assunto que reassumam a análise do conteúdo].

3. *[...] È vero che in archivio si può cercare seguendo il paradigma delle istituzioni-funzioni-competenze- argomenti. Ma in archivio si può (e in molti casi si deve) utilizzare anche un approccio per argomento e per materie e quindi, se si vuole, per soggetti* (p. 37).

[É verdade que em um arquivo pode-se procurar seguindo o paradigma das instituições – funcionais- competências - **assunto**. Mas em um arquivo pode-se (e em muitos casos deve-se) utilizar também a seqüência por **assunto** e por materiais e portanto, querendo-se, por assunto].

Al di là del termine storico consolidato, spesso la rubrica è un catalogo alfabetico di "voci di soggetto", dove la "voce" contenga la risposta alla domanda tipica di un soggettatore: qual è l'argomento di questo fascicolo o, se si preferisce, di questo insieme di documenti? (p. 39).

[Além do termo histórico consolidado, freqüentemente a rubrica é um catálogo alfabético "de termos de assunto", onde o "termo" contém a resposta a uma pergunta típica de uma indexação por assunto: qual é o **assunto** deste fascículo ou, se se preferir, deste conjunto de documentos?

5.*[...] Se si usasse invece uno strumento di soggettazione come il GRIS, prodotto in ambito biblioteconomico, per trattare un fascicolo ci si dovrebbe attenere a regole precise per produrre la stringa di soggetto relativa ad una pratica* (p. 39).

[Se se usasse ao invés um instrumento de índice por **assuntos** como o GRIS, produzido em âmbito biblioteconômico, por tratar de um fascículo deveria se ater a regras precisas para produzir a seqüência de um assunto relativo a uma prática]

6. *Probabilmente perché, guardando le cose senza paraocchi ideologici, occorre riconoscere che, da sempre, rubriche e repertori hanno contenuto in forma riassuntiva e personalizzata "voci di indici per soggetto o argomento" e che tali "voci" sono state create proprio per facilitare le ricerche per argomento, per tema, per oggetto* (p. 39).

[Provavelmente porque, observando as coisas sem preconceitos ideológicos, é necessário reconhecer que, desde sempre, rubricas e repertórios contiveram em forma resumida e personalizada "termos de índice por **assunto** indexado ou **assunto**" e que tais "termos" foram criados mesmo para facilitar as pesquisas por **assunto**, por tema , por objeto].

7. *[...] A volte sono perfino "voci" semanticamente sbagliate. Ma per lo più sono "voci di indici per soggetto"* (p. 40).

[...] Às vezes são somente "termos" semanticamente errados. Mas são mais vezes "termos de índice por **assunto**"]

1. *Per alcuni aspetti la stessa struttura di un titolario d'archivio, diviso in categorie e classi, è riconducibile ad un sistema di*

indici tematici e di voci per soggetto; [...] (p. 40)

[Em alguns aspectos, a mesma estrutura de um índice (sumário) de arquivo, dividido em categorias e classes, é reconhecível como um sistema de índices temáticos e de termos por **assunto**; [...]].

9. *Che cosa sono le “cose notevoli”? Certo non dichiaratamente argomenti, materie o voci di soggetti nel senso biblioteconomico del termine. Ma sicuramente termini o “voci” che innescano suggestimenti tematici, questo si (p. 40)*

[O que são as “coisas notáveis”? Visto que declaradamente **assuntos**, matérias ou termos de **assuntos** no sentido biblioteconômico da palavra. Mas seguramente palavras ou termos que desencadeiam **assuntos** temáticos[...]]

10 *[...] privilegiando la produzione di quelli di tipo storico-istituzionale a scapito di quelli “per materia” e “per soggetto” (p. 41).*

[...] privilegiando a produção daqueles de tipo histórico-institucional em detrimento daqueles “por matéria” e “por **assunto**].

1. *Insomma spesso quando si tratta di indici e di soggetti in archivistica non si riferisce agli **indici dei documenti d’archivio, ma agli indici degli inventari (e delle guide); e più in generale degli strumenti di ricerca [...] (p. 41).***

[Enfim, frequentemente quando se trata de índices e de **assuntos** em arquivística não se refere aos índices dos documentos de arquivo, mas aos índices dos inventários (e dos guias); e mais em geral dos instrumentos de pesquisa[...]].

2. *[...] I’ analisi del contenuto con riassunto attraverso voci di soggetto, non sono però antitetiche e quindi non si escludono a vicenda. [...] (p. 45).*

[As análises do conteúdo resumindo os termos de **assunto**, não são, entretanto, antiéticos e, portanto, não se excluem reciprocamente [...]]

13. *[...] una corretta produzione di indici, inclusi quelli per soggetto, prevede un metodo condiviso da parte dalla professione e la risoluzione di alcuni problemi strutturali individuati dagli studi nordamericani (p. 45).*

[...] uma correta produção de índices, incluídos aqueles por **assunto**, prevê um método compartilhado pela profissão e a resolução de alguns problemas estruturais individuais pelos estudos norte-americanos].

14 *Ma la presenza di problemi di risolvere non significa affatto che i tempi non siano maturi per applicare anche ai materiali archivistici un metodo coerente e condiviso di estrazione di indici di soggetto. [...] (p. 46).*

[Mas a presença de problemas a resolver não significa realmente que o tempo não esteja propício para aplicar também aos materiais arquivísticos um método coerente e compartilhado de extração de índices por **assunto**].

15 *Ma in sostanza quali vantaggi può produrre la costruzione di strumenti di ricerca che contengano indici per soggetto? (p. 46).*

[Mas, em essência, que vantagens pode produzir a construção de instrumentos de pesquisa que contenham índices por **assunto**?]

16 *[...] I’ analisi del contenuto potrà essere a sua volta trasformata in voce di soggetto del documento (p. 48).*

[...] [A análise do conteúdo poderá ser por sua vez transformada em termo de **assunto** do documento].

FICHA 4

FONTE

GIORDANO, Michele (1998)

CITAÇÃO ORIGINAL E TRADUÇÃO

Lo scopo fondamentale del PRECIS è quello di generare automaticamente indici per soggetto dotati di numerosi ingressi concomitanti: la destinazione, comunque, rimane la pagina stampa che viene prodotta con l’inevitabile criterio alfabetico (p. 52)

[O objetivo fundamental do PRECIS é o de gerar automaticamente índices por **assunto** dotados de numerosos

ingressos concomitantes: a destinação, todavia, fica na página impressa que é produzida com o inevitável critério alfabético]

Al soggetatore del sistema PRECIS, infatti, spetta il compito di una nacchiosa procedura manuale di costruzione della stringa di caratteri descrittiva del soggetto considerato; [...] (p. 52)

[Do indexador do sistema PRECIS, de fato, espera-se a tarefa de um elaborado procedimento manual de construção da seqüência de caráter descritivo do **assunto** examinado; [...]]

FICHA 5

FONTE

BROGI, Marina (1998)

CITAÇÃO ORIGINAL E TRADUÇÃO

1. *A quanti hanno avuto modo di fare ricerca a Lucca e di utilizzare i mezzi di corredo ai fondi documentari e gli altri strumenti ideati per favorirne gli studi, cioè di usufruire di quel patrimonio di lavori prodotti dalla scuola lucchese, non potrà che apparire sterile ed astrato ogni ulteriori indugio nell' avviarsi all' introduzione di punti di accesso per soggetto purchè disciplinati da regole coerenti ed omogenee ai fondamenti archivistici (p. 74).*

[Para quantos tenham tido uma maneira de fazer pesquisa em Lucca e de utilizar os meios de aparato nos fundos documentários e outros instrumentos ideais para favorecer-lhes os estudos, isto é, de usufruir daquele patrimônio de trabalhos produzidos pela Escola de Lucca, não poderá parecer estéril e abstrato cada posterior demora no encaminhar-se na introdução de pontos de acesso por assunto desde que disciplinadas por regras coerentes e homogêneas aos fundamentos arquivísticos].

FICHA 6

FONTE

KLEIN, Francesca (1998)

CITAÇÃO ORIGINAL E TRADUÇÃO

1. *Nuovi sono gli interrogativi che vengono posti e nuovo, soprattutto, è il modo di considerare il testo archivio nel uso suo rapporto con i soggetti istituzionali dai quali è scaturita la memoria documentaria che esso racchiude (p. 80).*

[Novos interrogativos são colocados e novo, sobretudo, é o modo de considerar o texto arquivístico na sua relação com assuntos institucionais, pelos quais, é originada a memória documentária que este requer].

FICHA 7

FONTE

RIBEIRO, Fernanda (1998)

CITAÇÃO ORIGINAL E TRADUÇÃO

1. *The subject acces points are a specific type and they area a product of a technical operation named "subject indexing" (p. 87).*

[Os pontos de acesso são um tipo específico e eles são produtos de uma operação técnica chamada "indexação de assunto"].

FICHA 8
FONTE
HUTCHINSON, Tim (1998)
CITAÇÃO ORIGINAL E TRADUÇÃO

First of all, what is a “subject”?

[Primeiramente, o que é um “assunto”?]

2. *Richard Lytle*] has stated that requests for records by proper name, geographical area, date, or form may conceal a subject request”. Dooley contends that: “Such requests do not conceal subject requests, they are subject requests. The archival literature often gives the impression that subjects are strictly generic topics-rain forests, football games, railroads, generals, or skyscrapers. In reality, specific named entities, including particular people, organizations, government agencies, geographic places, and events are no less subjects than are generic topics” (p. 95).

[“(Richard Lytle) declarou que pedidos para registro pelo nome próprio, área geográfica, data, ou forma podem ocultar um pedido de **assunto**”. Dooley afirma: “Tais pedidos não ocultam pedidos de **assunto**, eles subjetivam pedidos”. O material escrito sobre arquivo frequentemente dá a impressão que assuntos são tópicos, estritamente, genérica-chuva, florestas, jogos de futebol americano, estradas de ferro, generais, ou arranha-céus. Na realidade, lugares geográficos específicos e eventos são menos subjetivos do que tópicos genéricos].

3. “A function is not a subject. A function is not a subject. A function is not a subject” (p. 95).

[Uma função não é um **assunto**. Uma função não é um **assunto**. Uma função não é um **assunto**].

4. *For clarity’s sake, I will try to use “subject” to refer only to topical subjects. Perhaps it would better to say that not everything is a subject, but several access points can lead the way to a subject* (p. 95).

[Para um bom entendimento, tentarei usar “assunto” para fazer referência somente a assuntos de tópico. Talvez fosse melhor dizer que não é qualquer coisa que é uma assunto, mas vários pontos de acesso podem mostrar o caminho para um assunto].

I will begin with a discussion of topical subject heading, both in terms of theoretical aspects and empirical studies; it should become clear that topical subject headings are not enough, on their own, for effective access to archival materials [...] (p. 96).

[Começarei com uma discussão de assunto tópico, ambos em termos de aspectos teóricos e estudos empíricos; torna claro que assunto tópico não são suficientes, por si próprios, para o acesso eficaz para materiais de arquivo].

Do archival materials even have subject? Several authors have expressed doubts; for example. David Bearman has written that: “Archival material does not have a subject per se. Archival material is of the material that generates it, but seldom is it consciously authored to be about something...Archival materials are used to understand the contexts of their creation, and may exploited for the specific information they contain, but the perspectives brought by users, both to the context of their creation and to the may contain are too diverse to support subject indexing (p. 96).

[Os materiais de arquivo têm **assuntos**? Vários autores têm expressado dúvidas: por exemplo, David Bearman tem escrito: “Material de arquivo não tem **assunto**, por si”. Material de arquivo é do material que o gera, mas raramente é escrito conscientemente para ser *sobre* algo... Materiais de arquivo são usados para se entender os contextos de sua criação, e podem ser explorados pela informação específica que eles contêm, mas as perspectivas trazidas pelos usuários, tanto para o contexto de sua criação quanto para os dados que eles podem conter, são tão diversos para suportar indexação de assunto].

She claims, however, that “this essential difference...hardly implicies that subject terminology cannot usefully applied to archival descriptins”.

[Ela declara, contudo, que “esta diferença essencial... dificilmente implica que a terminologia de **assunto** não possa ser usualmente aplicada nas descrições de arquivo”].

David Bearman is one of the most vocal critics of attempts at topical subject access in archives, claiming that “archivists should stop wasting their time on the effort to control topical subject terminology and instead should for findings that can to more strategic approaches to vocabulary control”. In my view, archivists should not abandon topical subjects, but there are certainly compelling arguments for not limiting indexing to topical subjects (p. 97).

[David Bearman é um dos mais francos críticos das tentativas no acesso de assunto tópico em arquivos, declarando que “arquivistas deveriam parar de desperdiçar seu tempo em esforços para controlar a terminologia assunto de tópico e ao invés disso deveriam olhar para as descobertas que podem levar para abordagens mais estratégicas para controle de vocabulário.” Na minha visão, arquivistas deveriam não abandonar assuntos tópicos, mas existem argumentos que certamente compelem para a não limitação de indexação ao assunto de tópico].

David Bearman has taken study to demonstrate the “failure of topical subject-basead authority control” (p. 98).

[David Bearman realizou este estudo para demonstrar a “falha do controle especializado baseado em **assunto** tópico].

“Effective subject access in ... large, heterogeneous databases may the development of more specific, subject-oriented thesauri [...] (p. 98).

[“Acesso de **assunto** eficaz em... banco de dados heterogêneos, extensos, pode requerer o desenvolvimento de listas mais específicas, de assunto tópico” [...]]

[...].Smaller, more subject-specific databases, akin to the specialized bibliographies humanists have used, may also provide

4.3.1 Fichas das proposições do anais do *i soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica: ipotesi di lavoro*

FICHA DA PROPOSIÇÃO 1
FONTE
JANET FOSTER (1998); ROBERTO CERRI (1998); FERNANDA RIBEIRO (1998); MONICA PIERULIVO (1998); TIM HUTCHINSON (1998).
PROPOSIÇÃO
A legitimidade do Assunto é assegurada pela necessidade informacional do usuário e pelos tipos de serviços oferecidos ao público.

FICHA DA PROPOSIÇÃO 2
BASE BIBLIOGRÁFICA
TIM HUTCHINSON (1998); ROBERTO CERRI (1998); LORENZA GODANI (1998); FERNANDA RIBEIRO (1998); MARINA BROGI (1998); MONICA PIERULIVO (1998); FRANCESCA KLEIN (1998).
PROPOSIÇÃO
O Assunto é estabelecido como atividade complementar no processo de organização histórico-funcional, fornecendo acesso mais pontual e, por conseguinte, oferecendo maiores alternativas para os diferentes perfis de usuários. Nessa perspectiva, a noção de Assunto se apresenta como um limiar para a expansão do compromisso social da informação.

FICHA DA PROPOSIÇÃO 3
FONTE
TIM HUTCHINSON (1998); ROBERTO CERRI (1998); LORENZA GODANI (1998); FERNANDA RIBEIRO; (1998); MARINA BROGI (1998); MONICA PIERULIVO(1998); FRANCESCA KLEIN (1998); JANET FOSTER (1998); FRANCESCA KLEIN (1998); MASSIMO ROLLE (1998).
PROPOSIÇÃO
Elaboração de Cabeçalhos de Assunto para cada realidade institucional, evitando a utilização de padronização elaborada para a Biblioteconomia, como a LSCH, por exemplo.

FICHA DA PROPOSIÇÃO 4
FONTE
MARINA BROGI (1998)
PROPOSIÇÃO
Quanto mais elevado o nível de descrição, menor é a possibilidade de uma indexação exaustiva e específica. Assim, a série documental é o nível descritivo que evidencia o conteúdo do documento, apontando para a inserção do Assunto .

FICHAS DAS PROPOSIÇÕES 5
FONTE
FERNANDA RIBEIRO (1998); ROBERTO CERRI (1998)
PROPOSIÇÃO
O Assunto na série é determinado de maneira global, todavia, em casos nos quais conteúdo da série é significativo para a pesquisa, o profissional, em atendimento a demandas de usuários, pode selecionar determinadas séries para indexá-las por Assunto .

ANEXO 1

ANEXO 2

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)